



# **TERMO DE AUTUAÇÃO**

## **PROTOCOLO DO PROCESSO**

### **023853/2025**

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:  
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: e7089920-e449-4782-a261-ef0a02cdddb9

<b>AUTUADO EM</b>	<b>Quarta-feira, 2 de Julho de 2025</b>
<b>LOCAL DA AUTUAÇÃO</b>	<b>LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I</b>
<b>AUTUADO POR</b>	<b>CINTIA MAYER BRITO</b>
<b>INTERESSADO (S)</b>	
<b>BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA</b>	

#### **RESUMO**

*RECURSO - PE 90.032/2025*

*PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 45.785/2024*

*EMPRESA RECORRENTE: BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA*

*EMPRESA RECORRIDA: HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA*

**DATA: 02/07/2025**





## AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90.032/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45.785/2024

A empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 09.310.829/0001-65**, sediada no endereço Rua PEDRO LUIZ SOUZA, N° 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28.979-165, por intermédio de seu sócio administrador o Sr. Abílio Martins Júnior, portador da carteira de identidade nº 105.644926 – IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 070.018.537-20, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar em tempo hábil apresentar

### RECURSO ADMINISTRATIVO

#### I - SÍNTESE DOS FATOS

Esta empresa Recorrente busca, administrativamente, elucidar mediante apresentação destas razões recursais elementos, visando realizar uma contextualização fática e documental, quanto a decisão que aceitou a proposta mais vantajosa e habilitou a empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA., CNPJ 49.455.683/0001-60, pelo pleno atendimento aos requisitos previstos no instrumento convocatório. Sendo cristalino que tal decisão deve ser reparada, em face que vem a ser exposto.

É o que procurará demonstrar esta recorrente, no decorrer deste recurso.

#### II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A presente justificativa tem como escopo respaldar juridicamente a interposição de Recurso Administrativo por esta licitante, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina, de forma expressa, os casos em que cabe recurso no âmbito do procedimento licitatório, conforme transcrição abaixo:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante; (...)”

Nesse contexto, encontra-se expressamente previsto no rol taxativo de cabimento recursal previsto na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Destaca-se ainda que a interposição do recurso é medida que não constitui faculdade discricionária da Administração, mas sim direito subjetivo do licitante, garantido constitucionalmente pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, insculpido no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, aplicável integralmente aos procedimentos administrativos, nos termos da jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas Estaduais, inclusive o TCE-RJ.

#### DA TEMPESTIVIDADE





Considerando que o prazo para apresentação das razões de recurso é de 03 (três) dias úteis, conforme estabelecido na LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, estabelece:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
  - b) julgamento das propostas;
  - c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
  - d) anulação ou revogação da licitação;
  - e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- II - Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

(...)

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

Por fim, vale ressaltar também que o **subitem 22.3 do instrumento convocatório**, concede o prazo previsto em Lei para apresentação de contrarrazões:

“22.3 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata”

Sendo assim, considerando que o prazo recursal iniciou em 09/06/2025 e sendo findado em 12/06/2025, somado ainda que esta recorrente registrou imediatamente sua intenção de recurso em momento oportuno em campo próprio no Sistema ComprasGov seja para aceita da proposta e habilitação de todos os itens.

Resta-se comprovada a legitimidade e tempestividade deste recurso, assim requer o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.

### III - DOS FATOS:

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado no município que tem como objeto REGISTRO DE REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de empresa especializada para o serviço médico-veterinário castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, pelo período de 01 (um) ano, ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº **90.032/2025**.

Enfatiza-se que o certame teve o início de sua fase externa em 19/05/2025 e findado o julgamento de proposta e habilitação em 09/06/2025.

No julgamento do resultado proferido, cujo foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias a empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA., CNPJ 49.455.683/0001-



60, o que de fato suscitou uma **INDEVIDA HABILITAÇÃO**. Em face da empresa não ter atendido a todos requisitos previstos no instrumento convocatório.

Entretanto, conforme será demonstrado neste recurso administrativo, tal decisão deve ser reparada, por merecer provimento e justamente por trazer motivações e demonstrações documentais.

#### IV - DAS RAZÕES RECURSAIS

- **DA INOBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA (INEXEQUIBILIDADE)**

No que pese os valores unitários, vejamos:

Item	Descrição	Valor Estimado (R\$)	Valor Proposto Vencedor (R\$)	Diferença Absoluta (R\$)	Diferença Percentual (%)
1	Castração com microchip - tutelados	R\$ 415,00	R\$ 185,00	R\$ 230,00	55,4217%
2	Castração com microchip e internação 2 dias - machos errantes	R\$ 622,50	R\$ 218,00	R\$ 404,50	64,9799%
3	Castração com microchip e internação 7 dias - fêmeas errantes	R\$ 950,00	R\$ 298,00	R\$ 652,00	68,6316%
4	Hemograma com busca de hemoparasitas	R\$ 112,50	R\$ 34,50	R\$ 78,00	69,3333%

Sendo assim, a proposta ofertada pela empresa declarada vencedora, foi de R\$ 565.260,00, representando um desconto superior a 60% (sessenta por cento) em relação ao valor estimado de R\$ 1.431.375,00 conforme planilha orçamentária do Anexo II do edital.

Nos termos do art. 59, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, devem ser desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação. Além disso, o § 2º do mesmo artigo prevê que, havendo indícios de inexequibilidade, deve o pregoeiro exigir comprovação da viabilidade da proposta.

Ainda, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, em seu art. 33, § 3º, estabelece que há indícios de inexequibilidade quando os preços forem mais de 50% inferiores ao valor estimado da Administração. O item 14.4 do edital incorpora expressamente esta previsão normativa.

Dessa forma, a proposta vencedora representa redução superior a 60% sobre o valor estimado pela Administração, ultrapassando, portanto, o patamar de 50% que, segundo o art. 33, § 3º, I, da IN SEGES/ME nº 73/2022, já configura indício suficiente de inexequibilidade.

É de se registrar, por zelo técnico e jurídico, que a recorrente não se arroga no direito de imputar inexequibilidade à proposta da empresa concorrente, tampouco pretende utilizar seus próprios custos ou parâmetros internos como critério comparativo, o que reconhece ser vedado e inadequado.

A intenção da Recorrente, portanto, não é afirmar a inexequibilidade da proposta da empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA., CNPJ 49.455.683/0001-60, mas sim evidenciar a omissão da Administração em não adotar o procedimento legalmente exigido, o que compromete a regularidade do julgamento e fere o princípio da legalidade.



Ainda que não se pretenda afirmar de plano que a proposta vencedora seja, de fato, inexequível o que apenas poderia ser confirmado ou afastado por meio do procedimento formal de aferição de exequibilidade previsto em lei – é inequívoco que tal patamar de preço impunha ao Sr. Pregoeiro a adoção de providência obrigatória: a exigência de comprovação da viabilidade da proposta.

A omissão da Administração, representada neste ato pelo Sr. Pregoeiro, neste caso, configura violação aos princípios previstos no art. 5º da N.L.L, destacando: da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, e ao dever de motivação, diligência viola frontalmente os princípios, ao deixar de observar critério previamente definido no edital e em norma federal.

Importa frisar que a obrigatoriedade da comprovação de exequibilidade não decorre de inconformismo subjetivo desta recorrente, mas sim do fato objetivo de o valor proposto estar em patamar inferior ao limite previsto na norma, o que por si só obriga a atuação do pregoeiro, independentemente de provocação.

A Administração não pode renunciar à verificação da exequibilidade de propostas que se enquadrem em patamar de risco, sob pena de comprometer a segurança jurídica, a seleção da proposta mais vantajosa e a execução contratual. Inclusive, a mesma exigência deveria recair sobre qualquer licitante, inclusive esta Recorrente, caso se enquadrasse no mesmo cenário.

Assim, ao deixar de cumprir o disposto em lei e no edital, o Sr. Pregoeiro deixou de adotar medida que, além de obrigatória, é salutar ao interesse público, uma vez que a comprovação da viabilidade protege a Administração de contratações que possam resultar em inadimplemento, paralisação de objeto ou necessidade de futura rescisão contratual.

O julgamento das propostas deve, portanto, observar critérios claramente definidos no edital, de forma objetiva, isonômica e transparente. Diante da previsão clara no instrumento convocatório de que preço inferior a 50% do estimado pela Administração será considerado indício de inexecutibilidade, era esperado que o pregoeiro promovesse diligência mínima quanto à viabilidade da proposta da empresa declarada vencedora.

Todavia, quando há previsão expressa no edital e no regulamento federal de que um determinado patamar (no caso, mais de 50% de deságio) configura indício objetivo de inexecutibilidade, é indeclinável a atuação do pregoeiro, ainda que se trate da proposta mais bem classificada.

Além disso, conforme entendimento consolidado dos Tribunais de Contas, cabe ao gestor atuar com cautela, motivação e zelo pelo interesse público, inclusive para evitar contratações que possam ser frustradas pela inviabilidade da execução do contrato nos moldes ofertados.

#### ● **DAS IRREGULARIDADES NA FASE DE HABILITAÇÃO**

Preliminarmente, antes de se adentrar ao mérito quanto ao tópico supramencionado, é necessário transcrever as mensagens enviadas pelo Sr. Pregoeiro no uso de suas atribuições ao curso do procedimento licitatório, bem como destacar as mensagens do licitante indevidamente habilitado HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA., CNPJ 49.455.683/0001-60. Desta forma evidenciando ainda mais as falhas que culminaram com o não atendimento a todos requisitos de habilitação previstos a esta contratação.

"Mensagem do Pregoeiro Item 2  
Para 49.455.683/0001-60 - Sr. Licitante HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA, verificamos que foi detentor dos item: 01, solicito o envio, no prazo de 2 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu último lance COM



DESCONTO (se possível), por meio da opção enviar anexo do sistema, conforme modelo contido no ANEXO III do edital.

**Solicito que também sejam enviados todos os documentos de habilitação conforme o edital.**

Enviada em 19/05/2025 às 14:19:29h" (G.N)

"Mensagem do Participante Item 2

De 49.455.683/0001-60 - O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:59:16 de 19/05/2025. **5 anexos foram enviados pelo fornecedor HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA., CNPJ 49.455.683/0001-60.**

Enviada em 19/05/2025 às 14:59:16h" (G.N)

"Mensagem do Pregoeiro Item 2

Para 49.455.683/0001-60 - Solicito conforme informado no chat a **inclusão dos documentos de habilitação especialmente os não incluídos no SICAF, em especial DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Certidão negativa de falência, Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;) e 19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

Enviada em 20/05/2025 às 10:48:07h" (G.N)

"Mensagem do Participante Item 2

De 49.455.683/0001-60 - O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:21:01 de 20/05/2025. **19 anexos foram enviados pelo fornecedor HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA., CNPJ 49.455.683/0001-60.**

Enviada em 20/05/2025 às 13:21:01h" (G.N)

Posto isso, verifica-se que foi solicitando e oportunizado ao licitante, duas convocações para envio de suas documentações de habilitação. Sendo a primeira enviada em 19/05/2025 às 14:19:29h e atendida em 19/05/2025 às 14:59:16h" com o envio de apenas 05 anexos. Em ato contínuo em nova sessão ocorreu a segunda enviada em 20/05/2025 às 10:48:07h", mensagem da qual o Sr. Pregoeiro foi cuidadoso e zeloso e sob a justificava:

"Solicito conforme informado no chat a inclusão dos documentos de habilitação especialmente os não incluídos no SICAF, em especial DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Certidão negativa de falência, Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;) e 19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA."

Sendo assim, encontra-se de forma clara, objetiva e identificada as documentações a serem apresentadas em face da ausência de cumprimento a inicial convocação e envio de apenas 05 anexos que não contemplavam todos documentos previstos e ainda por não haver junto ao SICAF as documentações referentes aos itens 18 e 19 do edital. Destacando ainda que ao tocante QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA foi requerido e cientificado individualmente cada documento faltante. E como atendimento a nova convocação foi enviado em 20/05/2025 às 13:21:01h, um total de 19 anexos.

Vejamos os documentos anexados nas oportunidades concedidas pelo licitante:



49.455.083/0001-00 ME/EPP Programa de Integridade Aceita a habilitação		HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LT. RJ	Valor ofertado (limitado) Valor negociado (limitado)	R\$ 220.0000 R\$ 218.0000	
Chat					
Proposta					
Anexos					
Declaracao_Animamed_2023_assinado.pdf			19/05/2025 14:52:52		
Declaracao_Animamed_2024_assinado.pdf			19/05/2025 14:52:52		
Anexo V.pdf			19/05/2025 14:52:52		
Anexo 3.pdf			19/05/2025 14:52:53		
Anexo IV.pdf			19/05/2025 14:59:13		
CertidaoRegularidadeFiscal_sefaz.rj_estado.pdf			20/05/2025 12:36:31		
Certidao_RFB_PFN.pdf			20/05/2025 12:36:31		
DRE2023.PDF			20/05/2025 12:36:31		
DRE2024.PDF			20/05/2025 12:36:31		
ART.pdf			20/05/2025 12:36:32		
CamScanner 20-05-2025 10:26.pdf			20/05/2025 12:36:32		
imagens boas.pdf			20/05/2025 12:36:32		
Balanco2023.PDF			20/05/2025 12:41:46		
Balanco2024.PDF			20/05/2025 12:41:46		
LicencaSanitaria2025.pdf			20/05/2025 12:46:01		
certidaoDebitoTrabalhista.pdf			20/05/2025 12:46:02		
Cedula de Identidade Profissional.pdf			20/05/2025 12:46:02		
Indices.pdf			20/05/2025 12:47:25		
biosseguranca.pdf			20/05/2025 12:48:33		
Declaracao tec.pdf			20/05/2025 12:49:45		
CertidaoCRF.pdf			20/05/2025 12:50:08		
CertidaoPGE.pdf			20/05/2025 12:50:12		
certidaoPMNF.pdf			20/05/2025 12:50:16		
Anexo Refeito sem Item I.pdf			20/05/2025 12:56:29		
Diligências					

FIGURA 01 – “PRINT SISTEMA COMPRASGOV ENVIO DOCUMENTOS”



Conforme pode ser verificado na figura acima, a licitante mesmo diante da convocação feita pelo Sr. Pregoeiro em 19/05/2025, da qual foi requerido além de sua proposta readequada, também fosse enviado todos seus documentos de habilitação. Não atendeu o proposto, haja visto o envio de apenas 05 anos. Em ato contínuo diante na nova oportunidade de envio sob justificava dos documentos ausentes junto ao SICAF e destacando em especial os do item 18 de forma individualizada e de qualificação técnica. Desta forma, foi anexado 19 novos anexos em 20/05/2025.

Ou seja, no caso em tela, a licitante deteve um total de 04 horas para envio de sua documentação devida e mesmo assim, não logrando êxito.

De forma repetitiva, destaca-se o quantitativo de documentos enviados e a descrição dos mesmos conforme demonstrado na figura 01. Pois na sequência deste recurso, será demonstrada ausência documental e o não atendimento pleno a todos os itens do edital.

Sendo assim, inicia-se apresentação das irregularidades cometidas pela licitante e sua indevida HABILITAÇÃO:

#### 1. Ausência de Prova de Inscrição no CNPJ (Item 17.1 do Edital)

O edital exigiu expressamente a apresentação da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como documento apartado da verificação no SICAF. A mera informação constante no sistema não supre o cumprimento formal e material da exigência editalícia, no caso mediante “linhas de fornecimentos”.

A ausência do referido documento impede a verificação plena da correspondência entre o CNPJ apresentado e as demais certidões exigidas, comprometendo a segurança jurídica do procedimento.

Não ocorreu por parte do Sr. Pregoeiro manifestação via chat quanto ao caso ou qualquer medida administrativa adotada. Logo subentende-se que ocorreu uma falta documental.

#### 2. Ausência de Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Item 18.2 do Edital)

Apesar de ter sido concedido prazo pelo pregoeiro, por duas oportunidades e ainda sido especificadamente citada esta documentação, a licitante não apresentou a certidão negativa de falência e recuperação judicial, descumprindo o item expresso do edital, que preconiza:

**“18.2 - Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor **da sede do fornecedor**, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); **(G.N)**

**18.2.1 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.” (G.N)**

E ainda contrariando o art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 citado no próprio edital, que dispõe:

Art. 69. A habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação técnica e a qualificação econômico-financeira poderão ser exigidas exclusivamente na fase de habilitação.

(...)

II - a certidão negativa de falência ou recuperação judicial.



Tal omissão compromete a análise da capacidade jurídica e da idoneidade econômica da empresa, tornando sua habilitação juridicamente insustentável e ainda uma clara, notória e cristalina AUSÊNCIA DOCUMENTAL, ou seja, evidenciando o não cumprimento pleno aos requisitos da contratação e corroborando ainda mais para a INDEVIDA e INJUSTA HABILITAÇÃO da empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA., CNPJ 49.455.683/0001-60.

### 3. Apresentação Parcial das Demonstrações Contábeis – Índices (Item 18.4.1 do Edital)

Inicialmente, vejamos o contido no edital junto ao item 18.4 e seus subitens:

“18.4 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e **demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: (G.N)**

18.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um)...

18.4.2 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;”

18.4.3 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.”

A exigência editalícia do item 18.4, determinou a apresentação dos balanços e das demais comprovações contábeis dos (02) dois últimos exercícios sociais, exceto para empresas constituídas há menos de dois anos conforme previsão contida no item 18.4.2. Logo, não sendo o caso da recorrida haja visto os dias atuais em relação a sua constituição que ocorreu em 03/02/2023, assim perfazendo um total de 02 anos e 04 meses. Em termos mais simples a pessoa jurídica foi constituída há mais de 02(dois) anos.

No que pese apresentação dos índices de LG, SG e LC, encontram-se preconizados no subitem 18.4.1.

A relação entre item e subitem é de dependência e hierarquia. Um subitem é sempre parte de um item e não pode existir isoladamente. A categoria do subitem pode ser determinada pelo item ao qual ele está vinculado.

Por conseguinte, haja visto a relação contida entre item e subitem, a comprovação devida para atendimento aos índices contábeis de forma expressa e prevista no edital, seria mediante apresentação dos índices referente aos seus dois últimos exercícios, ou seja, ano de 2023 e ano de 2024.

No caso em questão a empresa apresentou documentos contábeis referente aos índices previstos apenas ao exercício de 2024. Assim caracterizando descumprimento frontal ao edital especificadamente representada no item 18.4 c/c 18.4.1. E ainda em afronta ao art. 69, IV, da Lei nº 14.133/2021. Portanto impedindo a avaliação adequada da qualificação econômico-financeira da empresa por parte da administração pública. Novamente ocorrendo uma AUSÊNCIA DOCUMENTAL, ou seja, evidenciando o não cumprimento pleno aos requisitos da contratação e corroborando ainda mais





para a INDEVIDA e INJUSTA HABILITAÇÃO da empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA., CNPJ 49.455.683/0001-60.

**DA INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** (ITEM 19 DO EDITAL, em especial os subitens 19.2.4, 19.2.5, 19.2.6, 19.2.7, 19.2.8 e 19.2.9)

Para começar, notemos o preconizado aos subitens supramencionados, dispostos no edital da seguinte forma:

“19.2.4 Inscrição do responsável técnico no CRMV, na validade.

19.2.5 Certidões sanitárias e autorizações de funcionamento, além de declaração de normas de biossegurança;

19.2.6 Declaração da quantidade média de animais castrados e chipados/ ano;

19.2.7 Declaração de que a empresa tem o mínimo de 10 baias disponíveis para internação dos animais errantes;

19.2.8 Declaração do sistema utilizado para preenchimento do cadastro de microchip.

19.2.9 comprovação que a equipe conte com uma anestesista com especialização em sedação inalatória à disposição das marcações”

**1. Inscrição no Conselho Profissional (CRMV) – Item 19.2.4**

A licitante declarada vencedora e habilitada, visando atender este item, se limitou a anexar apenas a cédula de identidade profissional digital de sua responsável técnica, sem comprovar sua validade ou situação ativa, o que não atende à exigência de comprovação de inscrição regular no CRMV.

A cédula, por si só, é um documento de identificação, profissional, logo não é documento hábil a comprovar regularidade profissional, sendo necessário documento emitido pelo próprio Conselho Regional atualizado.

Desta forma, apresenta-se as diferenças entre cédula de identidade profissional e a comprovação e devida comprovação de Inscrição do responsável técnico no CRMV, na validade, conforme exigido no edital.

**DO DOCUMENTO: CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL DIGITAL DO CRMV**

Trata-se de documento eletrônico disponibilizado aos médicos-veterinários e zootecnistas após a inscrição deferida no CRMV, nos termos da **Portaria CFMV nº 24/2020**, que atualiza o modelo da cédula de identidade profissional no formato cartão físico com chip e QR Code, estendendo tal lógica também às versões digitais (onde adotadas).

**CONTEÚDO E ELEMENTOS DO DOCUMENTO DIGITAL**

O documento digital de identidade profissional contém, normalmente:

- Nome completo do profissional;
- Número de inscrição no CRMV;





- Categoria profissional (MV ou ZT);
- Foto e dados pessoais;
- Data de emissão, mas sem data de validade;
- Observação textual padrão: “Documento de identificação válido em todo o território nacional, conforme art. 3º da Lei nº 5.517/68 e art. 1º da Lei nº 6.206/75.”
- Chave de validação/QR Code, com eventual acesso à versão do documento.

## 2. NÃO ATENDE À FINALIDADE DE COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO REGULAR DO RT NO CRMV

Embora o documento digital seja válido como identificação funcional, ele não atesta a regularidade atual do profissional junto ao CRMV, pelos seguintes motivos:

Ausência de validação em tempo real

O documento é estático, com data de emissão apenas. Não há qualquer menção à situação atual do profissional (ativo, inativo, suspenso, cancelado ou inadimplente).

Inexistência de atesto de adimplência

O documento não informa se o profissional está adimplente com suas obrigações perante o Conselho, o que é essencial para o exercício legal da Responsabilidade Técnica.

Da devida comprovação de Inscrição do responsável técnico no CRMV, na validade.

De acordo com a Resolução CFMV nº 1.138/2016, que regulamenta a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), é exigido que o RT:

- Possua inscrição ativa e adimplente no CRMV da respectiva jurisdição;
- Tenha a inscrição compatível com o local de atuação (inscrição primária ou secundária);

A comprovação desses requisitos deve se dar por certidão ou declaração oficial do CRMV (por exemplo: Certidão de Regularidade de Inscrição Profissional), que contenha:

- Situação atual (ativa/inativa);
- Status de adimplência;
- Jurisdição da inscrição;
- Data de validade do documento.

Nos termos do art. 67, caput e inciso II da Lei nº 14.133/2021, os documentos de habilitação devem comprovar a capacidade técnica e a regularidade profissional/legal exigida para o desempenho do objeto contratado.

A mera apresentação de documento de identificação funcional, físico ou digital, não satisfaz essa exigência, pois não comprova situação regular atual do profissional perante o órgão de classe.

A cédula de identidade profissional digital emitida pelo CRMV, ainda que contenha o número de inscrição do médico-veterinário e menção à sua validade nacional como documento de identificação, NÃO SUPRE a exigência de comprovação de regularidade de inscrição do Responsável Técnico junto ao CRMV.

Esse documento:

- Serve como identificação funcional;



- Não atesta adimplência;
- Não informa se a inscrição está ativa;
- Não substitui certidão de regularidade;
- Não comprova habilitação legal para atuação como RT.

Somente é juridicamente válida para fins de habilitação técnica em processos licitatórios a certidão de regularidade profissional emitida pelo CRMV-RJ, nos termos da Resolução CFMV nº 1.138/2016, contendo expressamente:

- Nome do profissional;
- Número da inscrição;
- Situação: ativa e adimplente;
- Jurisdição (primária/secundária);
- Validade expressa do documento

A correta forma de atendimento à exigência de comprovação de regularidade da inscrição do Responsável Técnico no CRMV se dá por meio da apresentação de certidão de regularidade profissional emitida pelo CRMV competente, podendo ser denominada:

- Certidão de Regularidade de Inscrição Profissional;
- Declaração de Regularidade Profissional;
- Ou documento equivalente expedido pelo CRMV-RJ com validade atual.

A simples apresentação da cédula de identidade profissional não supre tal exigência.

A certidão de inscrição regular do Responsável Técnico no CRMV-RJ é o único documento hábil a comprovar sua habilitação legal e situação regular para o exercício da Responsabilidade Técnica em nome de empresas licitantes em contratos com a Administração Pública.

A cédula de identidade profissional, por sua vez, embora seja documento funcional emitido pelo CRMV, não substitui e não supre a exigência legal de comprovação de regularidade da inscrição nem de aptidão técnico-profissional.

Assim, deve-se rejeitar interpretações que utilizem a cédula profissional como comprovante de habilitação, pois isso ofende diretamente os princípios da legalidade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, previstos nos arts. 5º e 14 da Lei nº 14.133/2021.

### 3. Autorizações de Funcionamento (Item 19.2.5)

O instrumento convocatório embora não explícito, quanto autorizações de funcionamento, considerando o objeto desta contratação, torna-se de fácil entendimento. Assim, cabendo a licitante participante apresentar documentos que comprovem sua **regularidade legal, técnica e sanitária**, especialmente para prestação dos serviços licitados. As **Autorizações de Funcionamento** aplicáveis ao presente caso, devem se tratar:

- 1) Alvará de Funcionamento - Emitido pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;
- 2) Licença Sanitária / Alvará Sanitário - Emitido pela Vigilância Sanitária local ou estadual da licitante;
- 3) Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) – Emitido pelo CRMV do estado de sua sede.
- 4) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) - Emitido pelo CRMV do estado de sua sede ao profissional responsável.



Destaca-se que todos os documentos mencionados acima, contém previsões próprias que devem estar fixados em local visível dentro do estabelecimento, ou seja, por se tratarem de documentações que atestam as devidas autorizações de funcionamento ao local.

A recorrida anexou visando atender as autorizações de seu funcionamento apenas a sua Licença Sanitária e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e provavelmente alvará de localização mediante consulta realizada junto ao SICAF.

No que pese a ART apresentada, que não substitui O Certificado de Registro de Pessoa Jurídica (CRPJ) junto ao CRMV. E ainda a ART, está vinculada ao profissional e à relação contratual de responsabilização técnica, sendo complementar ao Certificado de Registro de Pessoa Jurídica. Logo não sendo equivalente a autorização de funcionamento.

O edital foi claro ao exigir prova do regular funcionamento da empresa no exercício da atividade objeto da licitação, não bastando documentos unilaterais.

#### **4. Declaração da Quantidade Média de Animais Chipados (Item 19.2.6)**

A declaração apresentada contempla apenas castrações, omitindo a média de animais chipados, o que implica em descumprimento parcial da obrigação editalícia.

Tal omissão compromete a aferição da capacidade operacional da empresa para o serviço integral contratado, frustrando os princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao edital.

#### **5. Sistema de Cadastro de Microchip (Item 19.2.8)**

A recorrida não apresentou as informações técnicas mínimas exigidas, como: Marca, Modelo e Especificações técnicas dos microchips.

Esses dados foram expressamente requeridos no Termo de Referência, sendo imprescindíveis para verificar a compatibilidade do sistema com o banco de dados público. O descumprimento impede a aferição da conformidade do serviço com o interesse público.

#### **6. Ausência de Comprovação de Anestesista Especialista em Sedação Inalatória (Item 19.2.9)**

A empresa limitou-se a apresentar declaração genérica, firmada conjuntamente com outras previsões, sem indicar nome, registro profissional, vínculo contratual ou comprovação da especialização em sedação inalatória.

A exigência do edital foi "comprovação" e não mera declaração. A distinção entre declaração e comprovação é juridicamente relevante:

Declaração: ato unilateral, de fé pública, mas sem exigência de prova imediata.

Comprovação: implica apresentação de documentos hábeis, como certificados, contratos de prestação de serviços, vínculo funcional e registro em conselho profissional.

A ausência de comprovação específica da especialização em sedação inalatória, aliada à inexistência de identificação do profissional alegado, constitui descumprimento direto da exigência editalícia, inviabilizando a habilitação da empresa.

## **V – DOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS VIOLADOS**



A manutenção da habilitação da empresa recorrida, mesmo diante de flagrantes descumprimentos editalícios, afronta os princípios:

- Da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021);
- Da isonomia entre os licitantes (art. 5º, inciso I);
- Da segurança jurídica (art. 5º, inciso VI);
- Do julgamento objetivo (art. 5º, inciso IV);
- E da legalidade, que rege toda a atuação administrativa.

A jurisprudência do TCU e do TCE-RJ é pacífica no sentido de que a inabilitação é medida obrigatória quando a licitante não atende plenamente aos requisitos de habilitação, não cabendo à Administração flexibilizar exigências claras previstas no edital.

Desta forma, restando comprovado que as faltas documentais não são passíveis de caracterização de documentos complementares a serem exigidos em sede de diligências, haja visto que diante da falta da devida apresentação mesmo quando devidamente oportunizado, a recorrente não fez. Logo não há dúvidas que possam pairar sobre o que não existe e deixou de ser cumprido, em especial ao descumprimento em face da ausência de documentação referente aos itens 17.1, 18.2, 18.4.1, 19.2.5, 19.25 e 19.2.9 conforme demonstrado acima.

#### • DOS ANEXOS DESTES RECURSO

Visando demonstrar e corroborar as falhas cometidas pela recorrida e sua indevida habilitação, a fim de realizar uma contextualização fática e documental aqui produzida, encontra-se anexado cada detalhe exposto.

#### VI- DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer o recebimento do presente Recurso Administrativo, pelos argumentos anteriormente expostos.

##### **Requer:**

1. O conhecimento e provimento deste recurso, para fins de revisão da decisão que habilitou a empresa recorrida;
2. A inabilitação da referida licitante, por descumprimento dos requisitos editalícios e legais, com a consequente reclassificação das demais proponentes;
3. A preservação da legalidade do certame e do interesse público, conforme balizas normativas da Lei nº 14.133/2021., notadamente quando se tratar de contratação com a Administração Pública.

Diante dos fatos narrados e pelas razões recursais acima aduzidas, a ora. Recorrente requer ao Exmo. Sr. Pregoeiro, que seja declarada DEVIDAMENTE INABILITADA a recorrida, pois é o que se espera, caso não sejam atendidos os pedidos aqui pleiteados, seja enviado o presente recurso administrativo à apreciação da Autoridade Superior para os fins de direito.

Nestes termos, pede deferimento.

Araruama, 11 de junho de 2025.

**ABILIO MARTINS  
JUNIOR:07001853720**

Assinado digitalmente por ABILIO MARTINS JUNIOR:07001853720  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1,  
OU=Videoconferência, OU=38541111000188, OU=AC SyngularID  
Múltipla, CN=ABILIO MARTINS JUNIOR:07001853720  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2025.06.11 22:51:53-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.2

**BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**



CNPJ nº 09.310.829/0001-65  
Abílio Martins Júnior  
CPF nº 070.018.537-20  
Sócio Administrador

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

## CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

**LUCILLA CABRAL DA SILVA MONTERO****Médico(a)-Veterinário(a)****Nome****LUCILLA CABRAL DA SILVA MONTERO****Filiação****ALANA CUSMA MONTERO****GELSON GUNTHER MONTERO****Inscrição****RJ-07990-VP****Data de Nascimento****14/04/1982****CPF****224.031.948-83****Nacionalidade****BRASILEIRA****Naturalidade****MOGI DAS CRUZES-SP**

*Documento de identificação válido em todo território nacional,  
conforme art. 3º da Lei nº 5.517/68 e art 1º da Lei nº 6.206/75*

*Documento emitido em: 24/05/2023*



Animamed – Hospital Veterinário  
Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990  
Kauê – Montero – CRMV – RJ 19.752



Clínica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos

Declaro para os devidos Fins que o Hospital Veterinário Animamed LTDA Possui plena capacidade para atendimento às exigências que contemplam o edital 90032/2025. Tanto no que tange a Equipe, Equipamentos, Recursos, Capacidade de atendimento e experiência para atendimento, Hoje com 36 baias e 8 em fase final de construção (previsão de termino até 01 de julho). Os chips com ISO11784 e 11785 de tamanho 1.5 x 9mm frequência 134,2kHz. Reconhecido por leitores universais. Que podem ser cadastrados à escolha do cliente/veterinário nas plataformas CADB, SIRAA, Abrachip entre outros. Que todos os nossos procedimentos e atendimentos atendem as normas de Biossegurança segundo nossos Pops (Procedimento Operacional Padrão), que são apresentados anualmente nas vistorias da Vigilância sanitária e CRMV – RJ (da qual solicitamos anualmente).

Como parte da nossa Rotina onde temos uma média de 25 cirurgias eletivas de esterilização ao longo da semana (aproximadamente 1300 ao longo do ano) além de emergências e outras cirurgias. Temos plena capacidade de atender a demanda. Nossa equipe é completa composta apenas por veterinários (Cirurgião Chefe, Cirurgião Auxiliar e Anestesista) 2 equipamentos de anestesia, 1 respirador, 2 monitores e 3 bombas a disposição do centro cirúrgico. Além de bisturi eletrônico e bisturi ultrassônico. Pontos de oxigênio que contemplam todas as salas e Baias, UTI, maternidade com Incubadora e isolamento para doenças infectocontagiosas. Conforme consta em ART a comprovação validada pelo conselho de nossas capacidades.

Nova Friburgo 19 de maio de 2025

Lucilla C. Montero  
Médica Veterinária  
CRMV-RJ 7990

Lucilla C. S. Montero

Avenida Walter Machado Thedin, 795 (Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)

Prezados,

Seguem os cálculos referente aos índices solicitados, para o exercício de 2024:

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG)} = \frac{33.913,05}{33.913,05} = 1$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (SG)} = \frac{33.913,05}{17.513,39} = 1,94$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC)} = \frac{33.913,05}{17.513,39} = 1,94$$





Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990



Clínica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

**ÀO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO  
– RJ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45.785/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.032/2025**

**ASSUNTO: CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO  
PELA EMPRESA BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**

A empresa **HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA**, inscrita no CNPJ nº 49.455.683/0001-60, por seu representante legal, nos autos do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025, vem, respeitosamente, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto pela empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a expor:

### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

O presente expediente é tempestivo, sendo apresentado no prazo legal de 3 (três) dias úteis, conforme previsto no art. 165, §4º da Lei nº 14.133/2021 e item 22.3 do edital.

Devidamente comprovada a tempestividade desta contrarrazão, requer o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.

### **II – DO MÉRITO**

A empresa Recorrente busca, administrativamente, modificar o correto e assertivo julgamento proferido pelo Sr. Pregoeiro e parecer emitido pela

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990

  
**Animamed**  
HOSPITAL VETERINÁRIO

Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

competente parte técnica da secretária requisitante da contratação, que aceitou a proposta mais vantajosa e habilitou esta empresa pelo pleno atendimento aos requisitos previstos no instrumento convocatório.

E conclui a sua irresignação pleiteando a inabilitação da empresa vencedora no certame em questão, pelo simples fato de não lograr êxito na fase de disputa de preços diante da incapacidade de ofertar valores mais vantajosos, ou ainda por eventualmente não cumprir plenamente o que consta preconizado no que se diz respeito a fase de habilitação existentes no instrumento convocatório. Entretanto, "data maxima venia" dos nobres patronos "ex-adversos", tudo quanto postulam não faz o recorrente o mais remoto jus, estando o presente feito fadado ao mais cediço e rotundo insucesso, ainda mais quando o recurso não traz em seu bojo adequado enfrentamento das razões que ensejam o seu pedido. É o que procurará demonstrar a Recorrida, no decorrer destas contrarrazões.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando os princípios que balizam as contratações públicas e atendimento fiel as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório.

No resultado, justamente a presente empresa **CÔNTRARAZOANTE**, foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias, o que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos **INFUNDADOS** e **INOPORTUNOS** para tentar afastar a correta decisão que declarou esta vencedora como **HABILITADA** em decorrência da melhor proposta e pleno atendimento aos requisitos de habilitação dispostos no instrumento convocatório.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

### **III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

#### **DA LEGITIMIDADE PARA CONTRARRAZOAR**

Preliminarmente, registra-se que a Recorrida, como empresa especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, detém total e

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990

**Animamed**  
HOSPITAL VETERINÁRIO

Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

irrestrita capacidade estrutural, material e financeira de fornecer os serviços e materiais licitados.

Portanto, a contrarrazoante é uma empresa séria, que buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido, tendo sido, portanto, considerada habilitada.

Ademais, a própria legislação indica o direito de resposta na interposição de recursos, como forma de defesa e de esclarecimento aos pontos indicados pela parte contrária.

#### **IV - DAS RAZÕES ALEGADAS**

Em face das falácias contidas e citações diretas a esta empresa vencedora, detentora da melhor proposta e devidamente habilitada, visando corroborar a análise decisória a ser proferida pelo Sr. Pregoeiro e Autoridade Competente, se segue esta contrarrazão da seguinte forma:

O presente instrumento pretende ser esclarecedor e conciso em todos os pontos, uma vez que é sabido, que a Administração e o licitante devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório.

Isto posto, é mister apontar que o respeitável Sr. Pregoeiro subsidiado pelo parecer da equipe técnica, decidiu sabiamente quando HABILITOU a contrarrazoante por atender integralmente as exigências edilícias de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar.

Esclarece-se que as empresas recorrentes devem possuir o PLENO DIREITO de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado.

A problemática reside quando a empresa possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao

---

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990



Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

qual o objetivo é: PROPORCIONAR SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Importa trazer que o recurso interposto é de fato um VERDADEIRO SOFISMO, ao qual visa OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO com clara demonstração de inconformismo pela falta de capacidade em propor melhores valores a administração, restando apresentar as razões.

Trata-se de um recurso de 17 (dezessete) páginas com o objetivo de tentar excluir-se de sua responsabilidade em propor menores valores a administração.

Reforça-se que a proposta ofertada e vencedora, não se encontrava-se nas condições legais previstas na legislação, para que houvesse suposto indício de inexequibilidade a ser apontado e comprovada, prova disso que em plena e perfeita atenção a Lei de Licitações e ao edital, no uso de suas atribuições o Sr. Pregoeiro, abriu tentativa de negociação do valor ofertado junto a empresa vencedora, sendo respondido que não seria possível, haja visto ser o melhor ofertado e garantindo grande economicidade ao ato.

Desta forma, pela negociação requerida, subentendesse não ter pairado dúvidas quanto a exequibilidade da proposta, pois caso houvesse indícios ou uma real oferta extremamente baixa, não haveria negociação e sim uma direta solicitação de comprovação, ressaltando que esta economia gerada seja em relação ao valor estimado a contratação, bem como em relação a proposta feita pela empresa em 5º, no caso a recorrente.

Superado tamanho absurdo, reforça-se que cada órgão público adota a plataforma licitatória, que melhor convém, havendo sistemas que após concedido determinado prazo, não se pode altera-lo, provavelmente sendo o caso do sistema ComprasGov.

A narrativa talvez criada no intuito de que esta empresa vencedora se fez valer do prazo concedido e enviou documentação em horário tardio na eminência de prolongar ou atrasar o ato da licitação, não merece

---

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990

**Animamed**  
HOSPITAL VETERINÁRIO

Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

prosperar ou assistir qualquer razão, pois o Sr. Pregoeiro, havia suspenso a sessão e comunicado a todos participantes a retomada dos trabalhos.

#### **DA ILEGITIMIDADE DA RECORRENTE PARA JULGAR OS CUSTOS DA CONCORRENTE**

**HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA** é uma empresa consolidada no mercado. **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, não pode utilizar seus próprios custos operacionais, inconformismo, achismos como parâmetro para avaliar a exequibilidade da proposta da concorrente.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reforça que não cabe a um concorrente questionar a viabilidade econômica de uma proposta baseada apenas em sua própria estrutura de custos:

"A avaliação da exequibilidade de uma proposta cabe à Administração Pública, não sendo admissível que uma empresa licitante compare seus próprios custos operacionais aos da concorrente para tentar impugnar sua proposta." (REsp nº 1.832.567/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, STJ).

Desta forma, o Recorrente NÃO POSSUIU competência técnica ou jurídica para questionar os custos apresentados pela Recorrida ou sugerir e tentar induzir que algo não proposto ou dispensado pela Administração seja exigido em momento inoportuno, haja visto restar precluso tal fase que poderia ocorrer tal solicitação, especialmente considerando que a empresa já demonstrou capacidade operacional e financeira para cumprir o contrato pela apresentação do previsto quanto a qualificação econômico-financeira, sendo devidamente HABILITADA e ainda por não ter sido convocada a realizar comprovação da exequibilidade de sua proposta, obviamente por não existir algum indício de inexecutabilidade na proposta de preços formulada.

Por fim, a recorrente indagou, apresentou jurisprudências e o que fosse para elucidar o não atendimento de algo que esta vencedora foi dispensando ou tentar induzir que fosse adotado ato diferente da dispensa fosse feito. Certo que aparentemente o inconformismo que assola esta recorrente, não deixou talvez verificar junto a proposta de preços readequada e demais documentos anexados por esta

---

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990



Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

vencedora. Que por fineza, foi enviada a exequibilidade da proposta de preços formulada, a fim de demonstrar toda boa fé e compromisso assumido e plena capacidade em prestar os serviços pretendidos.

Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) já decidiu que preços menores que a média do mercado não são, por si só, indícios de inexequibilidade, desde que sejam tecnicamente justificáveis:

"A mera apresentação de preços inferiores à média de mercado não pode ser utilizada como critério automático para desclassificação de uma proposta, especialmente quando a empresa demonstrar capacidade operacional para cumprir o contrato."

Sem restar qualquer dúvida diante da mais correta conduta até o presente momento por parte dos servidores do município de Nova Friburgo envolvidos na condução deste certame, em face da brilhante e correta atuação a cada aspecto necessário ao bom tramite desta contratação, não iriam neste momento assistir qualquer razão ao recorrente.

Por deterem amplo conhecimento e adotar medidas seguras e acertadas. Sendo certo que jamais será ferido qualquer princípio básico previsto para as licitações. Em especial da vinculação instrumento convocatório, em face do atendimento pleno desta vencedora, do julgamento objetivo e merecendo destaque o princípio da economicidade em vistas da proposta vencedora ter gerado relevante economia os cofres públicos na contratação e obviamente a todos os demais princípios.

Somente pelo inconformismo adotado pela recorrente em sede de seu recurso, a fim de tentar apresentar razões infundadas e sem efeito a prosperar e que efetivamente somente presta função de frustrar o interesse público e ocasionar morosidade ao ato licitatório em face dos prazos recursais existentes até sua análise e decisão.

Porém, infelizmente a atuação da recorrente no âmbito do município do Nova Friburgo, limitou-se em não competir durante a fase de disputa de lances e assim ofertar valores que proporcione economia e apresentar sua irresignação e incapacidade por meio de recursos administrativos de

---

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990



Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

caráter protelatório, com o nítido objetivo de atrasar o andamento do certame, configurando um ato de má-fé processual.

Mais à frente, em outros tópicos a seguir, também será demonstrado fatos que corroboram com a conduta da recorrente, que de igual aos apresentados até o presente momento, terá destaques.

Sendo assim:

### *1. Da Suposta Inexequibilidade dos Preços*

A recorrente alega que os preços ofertados pela Animamed seriam inexequíveis em razão de apresentarem deságio superior a 50%. Contudo, cumpre esclarecer:

- A mera diferença percentual não caracteriza, por si só, inexequibilidade;
- A Animamed apresentou documentação hábil que demonstra a viabilidade da execução dos serviços nos valores ofertados, nos moldes exigidos pelo art. 33 da IN SEGES/ME nº 73/2022;
- O pregoeiro, no uso de sua discricionariedade técnica, entendeu como viável a proposta apresentada, não havendo nulidade ou ilegalidade no julgamento.

Portanto, não houve qualquer omissão por parte da Administração, tampouco afronta à legalidade ou aos princípios licitatórios.

### *2. Da Alegada Irregularidade na Habilitação*

A empresa ora recorrida atendeu de forma plena e tempestiva todas as exigências de habilitação dispostas no edital. As alegações de ausência documental não se confirmam:

- **CNPJ:** consta no SICAF e é validado automaticamente pelo sistema ComprasGov, conforme jurisprudência pacífica;
- **Certidão negativa de falência:** foi apresentada dentro do prazo concedido pelo pregoeiro, em nova oportunidade por diligência, conforme permissivo legal;

---

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990



Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

- **Demonstrações contábeis:** foram apresentadas em conformidade com a legislação e com os parâmetros da Receita Federal, respeitado o prazo de constituição da empresa;
- **Inscrição no CRMV:** a apresentação da cédula digital com QR Code e inscrição ativa é suficiente para comprovar a regularidade profissional, podendo ser verificada online;
- **Autorizações de funcionamento:** foram juntados os documentos exigidos (licença sanitária, ART, alvará), sendo desnecessária a apresentação de documentos além dos requeridos;
- **Comprovação de experiência e estrutura física:** foram apresentadas as declarações exigidas no edital, e não há no instrumento convocatório exigência de comprovação documental adicional para todos os subitens técnicos.

Deste modo, está comprovado documentalmente que esta empresa vencedora e seu responsável técnico, possuem toda documentação exigida e emitida pelo Conselho Veterinário e autorização devida para atuação e funcionamento.

Em especial a pessoa jurídica desta vencedora é visível ver em seu registro a previsão e autorização de atividade de clínica geral que se propõem a exercer. Sendo uma premissa básica para esta atividade, plenamente autorizada pelo órgão fiscalizador.

Cabe mencionar a Resolução nº 1138/16 do CRMV, que dispõem sobre Código de Ética do Médico Veterinário que balizam as diretrizes e conduta de atuação. Cita-se em especial do Artigo 28, desta resolução que dispõem da seguinte forma:

“Art. 28. As placas indicativas de estabelecimentos médicos veterinários, os anúncios e impressos devem conter dizeres compatíveis com os princípios éticos, não implicando jamais em auto promoção, restringindo-se a:

- I- Nome do profissional, profissão e número de inscrição do CRMV;
- II- Especialidades reconhecidas pelo sistema CFMV/CRMVs;
- III- Título de formação acadêmica mais relevante;
- IV- Endereço, telefone, horário de trabalho, convênios e credenciamentos;

---

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990



Clínica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

#### V- **Serviços oferecidos. (G.N)''**

Cita-se também a Lei Federal nº 8.078/1990, que estabelece sobre o Código de Defesa do Consumidor, especificadamente seu Art. 37, que prevê:

*"Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. § 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços."*

Esta empresa vencedora não omite qualquer serviço que preste ou divulga algo em meios publicitários, anúncios, propagandas e em especial na sua fechada e identificação visual que exerça. Tal qual a anestesia inalatória, até mesmo porque se a Recorrida realiza castrações em animais de todas as raças e pesos se torna impossível não realizar tal anestesia.

<https://www.instagram.com/hospitalveterinarioanimamed?igsh=MWYwZiEzaDhxbHZsZA==>

#### V- **DOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS OBSERVADOS**

O procedimento licitatório seguiu rigorosamente os princípios da nova Lei de Licitações, especialmente:

- **Legalidade** – A habilitação e o julgamento respeitaram integralmente os requisitos previstos no edital e na legislação aplicável;
- **Vinculação ao instrumento convocatório** – Todos os atos administrativos observaram estritamente as regras editalícias;
- **Julgamento objetivo** – As propostas foram analisadas com base em critérios técnicos e jurídicos previamente definidos;
- **Isonomia** – Não houve qualquer favorecimento ou discricionariedade indevida por parte da Administração.

---

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990



**Animamed**  
HOSPITAL VETERINÁRIO

Clínica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

## **VI -DO NÍTIDO CARÁTER PROTETATÓRIO DO RECURSO COM INTENÇÃO DE TUMULTUAR O PROCESSO LICITATÓRIO**

Por todas as razões acima expostas, não há qualquer irregularidade na proposta da Recorrida, tão pouco inobservância de previsão editalícia, não sendo o caso de inabilitação da Recorrida.

Assim, verifica-se que a intenção da Recorrente tem nítido caráter protetatório com intuito de tumultuar o regular andamento do processo licitatório, exercendo seu **jus spemendi** – direito de recorrer - de forma abusiva e sem qualquer fundamento fático ou jurídico em total desconformidade com a jurisprudência e melhor doutrina.

Nestes termos, apenas por amor ao debate, faz-se necessário saber que inabilitar a Recorrida sob tais argumentos infundados seria deturpar as finalidades da lei de licitações, quando previu tal disposição.

Diante dos fatos apontados, pior, é requerer a alteração do resultado do certame baseada em alegações sem nenhum fundamento legal visando impedir a contratação da Recorrida que apresentou a proposta mais vantajosa à Administração, por ser essa mais econômica e indubitavelmente verossímil e que tenha atendido a todas as exigências do edital.

Neste contexto, face ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório a habilitação e classificação da RECORRIDA deve ser mantida, pois se deu em consonância com a disposição contida no Edital e seus Anexos, bem como com as normas legais em espécie.

## **IV – DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a empresa **HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA:**

- I- O **não provimento** do recurso interposto pela empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA;**
- II- A **manutenção da decisão que declarou vencedora** a empresa ora recorrida no Pregão Eletrônico nº 90.032/2025;

---

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990



**Animamed**  
HOSPITAL VETERINÁRIO

Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos, Anestesiologia

III- A **homologação do certame**, com consequente adjudicação dos itens à Animamed, assegurando a legalidade, a isonomia e a vantajosidade da proposta apresentada.

Requer ainda:

I - Caso ultrapassada a preliminar, o que não se espera, seja negado provimento ao Recurso por sua total improcedência;

II - Não aplicação do efeito suspensivo ao Recurso, haja vista o caráter flagrantemente protelatório;

III - Pela manutenção integral da decisão sob exame, ante a constatação de que foram corretamente aplicados os critérios de julgamento; e

IV - Pela aplicação da sanção prevista na legislação em vigor, face a interposição de recursos protelatórios, notadamente quando se tratar de contratação com a Administração Pública.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

**Nova Friburgo/RJ, 16 de junho de 2025**

**HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA**

CNPJ nº 49.455.683/0001-60

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Lucilla Caral da Silva Montero

---

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)





# CERTIFICADO

## ENSINO E QUALIFICAÇÃO SUPERIOR

Certificamos que  
**Lucilla Montero**

Concluiu o curso de Anestesiologia Veterinária, ministrado pela professora D. Sc. Denise Fantoni, promovido pela Equalis - Ensino e Qualificações Superior, com duração de 18,5 horas.

**Curitiba, 3 de setembro de 2021**

**KARINA DOS ANJOS KERA**

*Diretora Equalis*

<https://www.equalisveterinaria.com.br/certificado/3d3c4e38>







**Serviço Público Federal**  
**Conselho Federal de Medicina Veterinária**  
**Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio**  
**de Janeiro**  
**ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR**  
**ESTABELECIMENTO**



### 1 - Dados do profissional

<i>Nome do profissional</i>	<i>Número CRMV</i>	<i>Formação</i>	<i>E-mail</i>
LUCILLA CABRAL DA SILVA MONTERO	RJ-07990-VP	Veterinário	LUCILLAMONTERO@HOTMAIL.COM

### 2 - Dados do estabelecimento

<i>Razão social</i>	ANIMAMED CLINICA VETERINARIA LTDA.		<i>CPF/CNPJ</i>
<i>Nome fantasia</i>	ANIMAMED CLINICA VETERINARIA LTDA.		<i>Insc. Estadual</i>
<i>Celular</i>	<i>Telefone</i>	<i>CRMV</i>	<i>E-mail</i>
(22) 981331401	(22) 25421030	RJ-16320-PJ	animamedveterinaria@gmail.com

### 3 - Endereço da contratante

*Endereço*  
 AVENIDA WALTER MACHADO THEDIN, 795 - MURY - CIDADE: NOVA FRIBURGO, UF: RJ CEP: 28615315

### 4 - Local de atuação

*Local de atuação*  
 AVENIDA WALTER MACHADO THEDIN, 795 - MURY - CIDADE: NOVA FRIBURGO, UF: RJ CEP: 28615315

### 5- Informações da ART

#### Ramos(s) de Atividade

ACUPUNTURA  
 ANESTESIOLOGIA  
 HOSPITAL

#### Descrição das atividades como Responsável Técnico

Instituir protocolos, orientar prestadores ou tomadores de serviços e empregados e garantir que os serviços prestados e/ou produtos sejam oferecidos em conformidade aos requisitos técnicos e regulamentares existentes; orientar e treinar todo pessoal envolvido na atividade sob sua responsabilidade no sentido de garantir a qualidade dos serviços e produtos; comunicar imediatamente ao CRMV o encerramento de sua responsabilidade técnica assegurar-se de que o tomador de serviço encontra-se em situação de regularidade técnica e cadastral nos órgãos oficiais e no CRMV relativa às atividades profissionais ensejadoras de sua contratação; dentre outras competências na Resolução CFMV 1562/2023.

#### Descrição adicional das atividades

RT

<i>Data de início</i>	<i>Data de finalização</i>	<i>Tipo de ART</i>	<i>Subtipo de ART</i>
26/08/2024	24/08/2025	ESTABELECIMENTO	NÃO POSSUI
<i>Data do cadastro</i>	<i>Número da ART</i>	<i>Data da homologação</i>	
26/08/2024	958859	27/08/2024	
<i>Renovação</i>	<i>Validação</i>	<i>Origem</i>	
Não	JQYG.MO.PHKYM.77N	WEB	

#### Declaração de responsabilidade

Declaro que as informações acima são verdadeiras, e estão de acordo com as normas que regem o exercício de responsabilidade técnica.

\_\_\_\_\_  
 Ass. Profissional

\_\_\_\_\_  
 Ass. Contratante

Rua da Alfândega, 91 - 14º andar Centro, Rio de Janeiro-RJ CEP 20070-003  
 Telefone: (21) 2576-7281 Data: 16/06/2025





PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
NOVA FRIBURGO DCP

Avenida Euterpe Friburguense, 201

CEP: 28.605-130 - NOVA FRIBURGO (TODOS OS SETORES) - NOVA  
FRIBURGO - RJ

Folha: 1 de 1

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Código Identificador de Certidão  
**CABY21199-VBA**  
Consulte a validade do CIC em:  
<http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/>



## CERTIDÃO

2025.4650490.630-1

Modelo Falência e Concordata

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso IV do Artigo 21 da CNCGJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

I - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais, desde:

**vinete e dois de maio de dois mil e cinco até vinete e dois de maio de dois mil e vinte e cinco,**

**NADA CONSTA no(s) nome(s) de HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA. e CNPJ: 49.455.683/0001-60,** pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 2025.4650490.630-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.

Finalidade declarada pelo requerente: Licitação - .

FLAVIA DA SILVA ELLER - Matr. 31891 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 22/05/2025 17:25:23

NOVA FRIBURGO, 22 de maio de 2025.

Emolumentos

Gratuito/Isento

- ✓ Válido somente com Código Identificador de Certidão - CIC.
- ✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>
- ✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro - Parte Extrajudicial.
- ✓ Provimento CGJ n° 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.
- ✓ Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indicio de adulteração ou tentativa de fraude.
- ✓ Esta Certidão Eletrônica estará disponível para *download* pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.
- ✓ Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.
- ✓ Os feitos da Justiça Militar Estadual tramitam, exclusivamente, na Comarca da Capital, não sendo abrangidos por esta certidão. A certidão referente à Auditoria da Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro deve ser solicitada aos distribuidores da Capital, selecionando COMARCA DA CAPITAL.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro**  
**CERTIDÃO NEGATIVA DE PESSOA JURÍDICA****Razão Social**

ANIMAMED CLINICA VETERINARIA LTDA.

**CPF/CNPJ**

49455683000160

**CRMV**

16320-PJ (RJ)

**Data de registro**

16/08/2023

Ressalvado o direito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da empresa acima identificada que vierem a ser apuradas, certificamos que a empresa se encontra registrada neste Conselho e que:

1. NÃO CONSTAM DÉBITOS até a emissão desta certidão.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa jurídica no âmbito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://siscad.cfmv.gov.br/certidao/validar>

**Emitida em**

16/06/2025

**Validade:**

16/07/2025

**Código de validação**

LONV.QMQ.KTWMIPF.EP

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro  
Rua da Alfândega, 91 - 14º andar CEP: 20070-003 Rio de Janeiro-RJ  
Fone: (21) 2576-7281 Fax: (21) 2576-7844 E-mail: [crmvrj@crmvrj.org.br](mailto:crmvrj@crmvrj.org.br)



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990

Kauê – Montero – CRMV – RJ 19.752



**Animamed**  
HOSPITAL VETERINÁRIO

Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório , Aplicação de  
Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos

#### Declaração

Declaração para os devidos fins que em levantamento relacionados à realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização e chipagem de animais ( Cães, Gatos e Exóticos ) de todos os tamanhos e pesos, foram realizados no Hospital Veterinário Animamed no ano de 2025 ( Além dos já informados por parceiros e Ongs em cartas específicas ) a realização de 325 procedimentos até o dia 20 de maio de 2025.

Nova Friburgo 23/05/2025

Lucilla C. Montero  
Médica Veterinária  
CRMV-RJ 7990

Lucilla Cabral da Silva Montero

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6 ) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)





Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990

**Animamed**  
HOSPITAL VETERINÁRIO

Kauê – Montero – CRMV – RJ 19.752

Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrasson, Laboratório, Aplicação de  
Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos

#### Declaração

Declaração para os devidos fins que em levantamento relacionados à realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização e chipagem de animais ( Cães, Gatos e Exóticos ) de todos os tamanhos e pesos, foram realizados no Hospital Veterinário Animamed no ano de 2024 ( Além dos já informados por parceiros e Ongs em cartas específicas ) a realização de 710 procedimentos.

Nova Friburgo 23/05/2025

Lucilla C. Montero  
Médica Veterinária  
CRMV-RJ 7990

Lucilla Cabral da Silva Montero

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6 ) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)





## PROJETO VIRA LATAS DA SERRA

Declaração de Serviços prestados - 2024

O Projeto Vira-Latas da Serra é formado por um pequeno grupo de voluntários que se mobilizam para arrecadar fundos para pagar, através de parcerias com veterinários do município, a castração de animais de rua e de pessoas carentes que não tenham condições de arcar com a castração. Somos um grupo de ajuda independente, sem estabelecimento fixo, sem CNPJ.

Atestamos para os devidos fins que a Empresa Hospital Veterinário Animamed Ltda, inscrita no CNPJ 49.455.683/0001-60, realizou, através da nossa parceria, no ano de 2024, o total de 323 procedimentos de esterilização de animais (felinos, caninos, machos, fêmeas, de qualquer porte, SRD ou de raça), em sua sede situada na Avenida Walter Machado Thedin, 795 Lojas 3, 4 e 5, em Mury, Nova Friburgo, RJ, além de procedimentos de consulta, avaliação, exames e outras cirurgias eletivas e emergenciais, pelos quais não há quaisquer reclamações ou questionamentos quanto a capacidade técnica e estrutural da empresa contratada na prestação dos serviços, seja em qualidade ou em quantidade das quais foram realizadas. Só temos recebido elogios em relação a qualidade dos serviços prestados e ao atendimento na clínica.

Nova Friburgo, 19 de maio de 2025.

*Tereza Gonçalves Dias*

Tereza Gonçalves Dias

Tel.: 21 99965-9033

CPF: 708.997.037-04





## PROJETO VIRA LATAS DA SERRA

Declaração de Serviços prestados - 2025

O Projeto Vira-Latas da Serra é formado por um pequeno grupo de voluntários que se mobilizam para arrecadar fundos para pagar, através de parcerias com veterinários do município, a castração de animais de rua e de pessoas carentes que não tenham condições de arcar com a castração. Somos um grupo de ajuda independente, sem estabelecimento fixo, sem CNPJ.

Atestamos para os devidos fins que a Empresa Hospital Veterinário Animamed Ltda, inscrita no CNPJ 49.455.683/0001-60, realizou, através da nossa parceria, no ano de 2025, o total de 124 procedimentos de esterilização de animais (felinos, caninos, machos, fêmeas, de qualquer porte, SRD ou de raça), em sua sede situada na Avenida Walter Machado Thedin, 795 Lojas 3, 4 e 5, em Mury, Nova Friburgo, RJ, além de procedimentos de consulta, avaliação, exames e outras cirurgias eletivas e emergenciais, pelos quais não há quaisquer reclamações ou questionamentos quanto a capacidade técnica e estrutural da empresa contratada na prestação dos serviços, seja em qualidade ou em quantidade das quais foram realizadas. Só temos recebido elogios em relação a qualidade dos serviços prestados e ao atendimento na clínica.

Nova Friburgo, 19 de maio de 2025.

Tereza Gonçalves Dias  
Tel.: 21 99965-9033  
CPF: 708.997.037-04



Animamed – Hospital Veterinário

Lucilla Montero – CRMV-RJ 7990

Kauê – Montero – CRMV – RJ 19.752



**Animamed**  
ANIMAIS EXÓTICOS

Clinica geral, Vacinas, Cirurgias, Raio -X, Ultrassom, Laboratório, Aplicação de  
Célula tronco, Acupuntura, Fisioterapia, Fitoterapia chinesa, Animais exóticos

#### Declaração

Declaração para os devidos fins que em levantamento relacionados à realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização e chipagem de animais ( Cães, Gatos e Exóticos ) de todos os tamanhos e pesos, foram realizados no Hospital Veterinário Animamed no ano de 2023 ( Além dos já informados por parceiros e Ongs em cartas específicas ) a realização de 508 procedimentos.

Nova Friburgo 23/05/2025

Lucilla C. Montero  
Médica Veterinária  
CRMV-RJ 7990

Lucilla Cabral da Silva Montero

Avenida Walter Machado Thedin, 795 ( Lojas 3,4,5 e 6) – Mury, Nova Friburgo

(22)98133-1401 (Vivo – Whatsapp) (22)254210-30 (fixo Animamed)





## PROJETO VIRA LATAS DA SERRA

Declaração de Serviços prestados - 2023

O Projeto Vira-Latas da Serra é formado por um pequeno grupo de voluntários que se mobilizam para arrecadar fundos para pagar, através de parcerias com veterinários do município, a castração de animais de rua e de pessoas carentes que não tenham condições de arcar com a castração. Somos um grupo de ajuda independente, sem estabelecimento fixo, sem CNPJ.

Atestamos para os devidos fins que a Empresa Hospital Veterinário Animamed Ltda, inscrita no CNPJ 49.455.683/0001-60, realizou, através da nossa parceria, no ano de 2023, o total de 365 procedimentos de esterilização de animais (felinos, caninos, machos, fêmeas, de qualquer porte, SRD ou de raça), em sua sede situada na Avenida Walter Machado Thedin, 795 Lojas 3, 4 e 5, em Murry, Nova Friburgo, RJ, além de procedimentos de consulta, avaliação, exames e outras cirurgias eletivas e emergenciais, pelos quais não há quaisquer reclamações ou questionamentos quanto a capacidade técnica e estrutural da empresa contratada na prestação dos serviços, seja em qualidade ou em quantidade das quais foram realizadas. Só temos recebido elogios em relação a qualidade dos serviços prestados e ao atendimento na clínica.

Nova Friburgo, 19 de maio de 2025.

Tereza Gonçalves Dias  
Tel.: 21 99965-9033  
CPF: 708.997.037-04



**Conselho Federal de Medicina Veterinária**  
**Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE PESSOA FÍSICA**

Nome	LUCILLA CABRAL DA SILVA MONTERO
CPF	22403194883
CRMV	07990-VP (RJ)
Data de inscrição	11/07/2005

Ressalvado o direito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que a mesma se encontra registrada neste Conselho e que não se encontra sob efeito de condenação em processo ético-profissional e que:

1. NÃO CONSTAM DÉBITOS até a emissão desta certidão.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa física no âmbito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://app.cfmv.gov.br/certidao/validar>

Emitida em	16/06/2025
Validade:	16/07/2025
Código de validação	RRJ8.EPG.SR9XIYJ.RV

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro  
Rua da Alfândega, 91 - 14º andar  
CEP: 20070-003 Rio de Janeiro-RJ  
Fone: (21) 2576-7281  
Fax: (21) 2576-7844  
E-mail: [crmvrj@crmvrj.org.br](mailto:crmvrj@crmvrj.org.br)





Centro de Terapia Intensiva  
e Emergência Veterinária



**Certificamos que**

**LUCILLA CUSMA MONTERO**

Participou do *CURSO TEÓRICO E PRÁTICO EM ANESTESIA E  
EMERGÊNCIA EM CÃES E GATOS*, de 29 de novembro a 02 de  
dezembro de 2007.

02 de dezembro de 2007

Eduardo Batista Borges, MV  
Presidente CRMV RJ

Paulo Daniel Sant Anna Leal, MV, MSc  
Coordenador



## Histórico Escolar

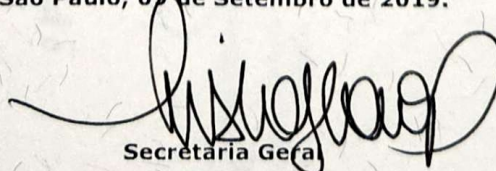
**Aluno: 1287214 - LUCILLA CABRAL DA SILVA MONTERO**
**Pós-Graduação Lato Sensu**
**Curso: 311065 - Diagnóstico e Cirurgia Equina**
**Turno: Integral**
**Turma: A**
**Disciplinas e Docentes**

		<b>Carga Horária</b>	<b>Conc. / Nota</b>	<b>Freq.</b>	<b>Situação</b>
562572	ANATOMIA APLICADA	12 h/a	A	100%	Aprovado
	SILVIO BATISTA PIOTTO JR - MESTRE				
562637	ANESTESIA ELETIVA E EMERGENCIAL	24 h/a	A	100%	Aprovado
	PAULO CESAR CARVALHO - MESTRE				
562581	CARDIOLOGIA	12 h/a	A	100%	Aprovado
	CASSIANO RICARDO RIOS - ESPECIALISTA				
566195	CIRURGIA ABDOMINAL EM EQUINOS	72 h/a	A	100%	Aprovado
	SILVIO BATISTA PIOTTO JR - MESTRE				
562645	CIRURGIA GERAL	24 h/a	A	100%	Aprovado
	SILVIO BATISTA PIOTTO JR - MESTRE				
558087	CIRURGIA ORTOPÉDICA EM EQUINOS	36 h/a	A	100%	Aprovado
	SILVIO BATISTA PIOTTO JR - MESTRE				
562548	DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR	24 h/a	A	100%	Aprovado
	DIRCE ENCARNACION TAVARES - DOUTOR				
562556	FISIOLOGIA	12 h/a	A	100%	Aprovado
	SILVIO BATISTA PIOTTO JR - MESTRE				
566209	FISIOTERAPIA	24 h/a	A	100%	Aprovado
	SILVIO BATISTA PIOTTO JR - MESTRE				
562629	MANEJO E NUTRIÇÃO	24 h/a	A	100%	Aprovado
	LUIZ EDUARDO DOS SANTOS FERRAZ - DOUTOR				
562564	METODOLOGIA CIENTÍFICA	24 h/a	A	100%	Aprovado
	EDSON DE LARA RODRIGUES - DOUTOR				
562611	PATOLOGIA RESPIRATÓRIA	24 h/a	A	100%	Aprovado
	SILVIO BATISTA PIOTTO JR - MESTRE				
562602	RADIOLOGIA	24 h/a	A	100%	Aprovado
	SILVIO BATISTA PIOTTO JR - MESTRE				
562599	ULTRASSONOGRAFIA	24 h/a	A	100%	Aprovado
	SILVIO BATISTA PIOTTO JR - MESTRE				

**Total: 360 h/a**
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: RÓDOCOCOSE EM POTROS**
**ORIENTADOR: PROFESSOR MESTRE SILVIO BATISTA PIOTTO JUNIOR**
**CONCEITO: A**

Declaramos que o curso atendeu as disposições gerais da Resolução CNE/CES nº 01, de 06/04/2018.

São Paulo, 09 de Setembro de 2019.



Secretária Geral

 Isis Bárbara de Souza Toffolo Pereira  
 Supervisor Administrativo  
 Universidade Santo Amaro





# Universidade Santo Amaro

Recredenciada pela Portaria MEC nº 1662, de 28/11/2011.



## Certificado

A Reitora da Universidade Santo Amaro, no uso das suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso Diagnóstico e Cirurgia Equina, Pós-Graduação Lato Sensu, realizado no período de 17 de abril de 2005 a 30 de abril de 2006, confere a

**Lucilla Cabral da Silva Montero**

brasileira, natural de Mogi das Cruzes – SP, nascida no dia 14 de abril de 1982, RG nº 26.486.460-4 – RJ

o presente Certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 01 de agosto de 2019.

Profa. Dra. Luciane Lúcio Pereira  
Reitora

Gisele Nunes Ferraz  
Secretaria Geral

Lucilla Cabral da Silva Montero  
Pós Graduada





# CENVA

## O CPT CURSOS PRESENCIAIS CONFERE A

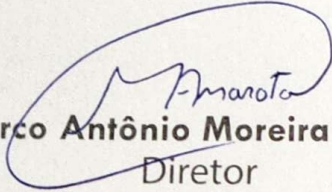
***Lucilla Cabral da Silva Montero***


## O PRESENTE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO

***Anestesias em Pequenos Animais***

## COM CARGA HORÁRIA DE 20 horas

***Viçosa – MG, 21 a 23 de Janeiro de 2024***

  
**Marco Antônio Moreira Marota**  
Diretor

  
**Marcelo Teixeira de Andrade**  
Professor do Curso

  
**Prof. Nelson Fernandes Maciel**  
Diretor

*Certificado*





# CENVA

## O CPT CURSOS PRESENCIAIS CONFERE A

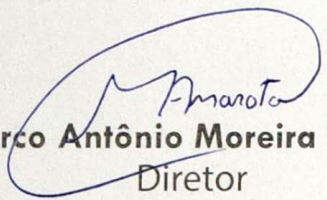
### *Kauê Cabral da Silva Montero*

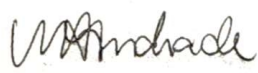
## O PRESENTE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO

### *Anestesias em Pequenos Animais*

## COM CARGA HORÁRIA DE 20 horas

*Viçosa – MG, 21 a 23 de Janeiro de 2024*

  
Marco Antônio Moreira Marota  
Diretor

  
Marcelo Teixeira de Andrade  
Professor do Curso

  
Prof. Nelson Fernandes Maciel  
Diretor

*Certificado*

#### Custos inerentes aos serviços a serem prestados à PMNF

Em relação aos custos fixos os mesmos não possuem acréscimo significativo pela realização dos procedimentos, pois toda a estrutura física e equipamentos já fazem parte da composição estrutural do hospital, além da nossa equipe ser própria, não gerando aumento de despesas no que tange a parte trabalhista ( impostos ou honorários) para realização dessas demais atividades, haja visto que todos recebem pelos dias e horas de trabalho não havendo nenhuma correlação com a ocorrência ou não das castrações advinda deste pregão eletrônico.

É importante ressaltar que as atividades que serão realizadas no Pregão eletrônico são atividades das quais já temos em nossa planilha orçamentária a realização gratuita da mesma para pessoas em situações de vulnerabilidade, porém limitadas ao orçamento que temos disponível para tal, portanto os valores aqui referidos são cuidadosamente calculados e a participação no pregão é muito mais uma questão social e pública com objetivo de alavancar as esterilizações na cidade garantindo a melhor qualidade possível em serviço, equipamento e atendimento a fim de ampliar a possibilidade de auxiliarmos um problema que tange a saúde pública, que são as complicações com os excessos de populações de animais.

Portanto , sabendo que os custos fixos , tais como: água, salário ( e seus encargos), luz, equipamentos, etc. já estão sendo pagos pelas atividades que mantém o hospital funcionando o que teremos de acréscimo são os custos inerentes a cada procedimento a ser realizado. Dos quais listo conforme exigência e solicitação do pregão.

#### Custos Extras à esterilização

Avaliação previa do animal	- R\$ 0,00
Hemograma com pesquisa	- R\$ 22,00
Chip	- R\$ 28,00
Total	-R\$ 50,00

#### Esterilização

Cirurgia animal 0 até 10 KG	-R\$20,00
-----------------------------	-----------

Cirurgia animal 11 até 20 KG -R\$30,00

Cirurgia animal 21 até 30 KG -R\$35,00

Cirurgia animal 31 até 40 KG -R\$40,00

Cirurgia animal 41 até 50 KG -R\$50,00

Cirurgia animal 51 até 60 KG -R\$60,00

Cirurgia animal acima de 60KG -R\$70,00

Custos por dia de animal errantes que ficarão 3 ou 7 dias ( custo baseado em animal de 40KG)

Internação pós operatória com cuidados, medicação, roupa e Colar.

Roupa -R\$25,00

Colar -R\$20,00

Medicação dia -R\$10,00

Alimentação dia -R\$5,00

Limpeza ( tapetes , etc) -R\$10,00

O valor de todos os impostos que incidem no final é aproximado em 20%

Portanto o se considerarmos os custos e o valor que foi proposto, fica claro que o serviço por si só já custeia as atividades.

É importante ressaltar que somos um Hospital , o mais antigo da cidade, temos uma rede de parcerias e negociações de preços fora do habitual no mercado graças a relacionamento e parcerias comerciais, o volume de negociação tende a aumentar com a licitação estreitando as parcerias além do interesse nosso e das empresas fornecedoras de estar juntos em um processo como este que tem um reflexo social importante para todos que trabalham com a causa animal, de forma que todos contribuíssem na redução dos valores de seus produtos a fim de conseguirmos economizar o máximo aos cofres públicos. (conhecido administrativamente como parcerias ou incentivos público-privados).



Todos os custos foram calculados pensando no cenário de maior custo, mas sabemos que alguns animais reagem de maneiras diferente e esse valor pode ser efetivamente ainda menor que o descrito.

Um ponto importante a ser ressaltado é que a empresa e seus sócios dispõe de um fundo reserva capaz de atender ao contrato em sua totalidade, tal valor se encontra reservado caso seja necessário fazer uso do mesmo para atender e cumprir aquilo que foi licitado.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

À Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal

Processo Licitatório nº 45.785/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço médico-veterinário castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de RECURSO interposto, tempestivamente, pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.310.829/0001-65, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.455.683/0001-60, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025.

#### I. DO RELATÓRIO

##### I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

#### I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, o que segue:

- i.) a proposta ofertada pela empresa declarada vencedora, foi de R\$ 565.260,00, representando um desconto superior a 60% (sessenta por cento) em relação ao valor estimado no Edital, configurando indício suficiente de inexecutabilidade, sendo esperado que o pregoeiro promovesse diligência mínima quanto à viabilidade da proposta da empresa declarada vencedora;
- ii.) verifica-se que foi solicitando e oportunizado ao licitante duas convocações para envio de suas documentações de habilitação; em face da ausência de cumprimento a inicial convocação e envio de apenas 05 anexos que não contemplavam todos documentos previstos e ainda por não haver junto ao SICAF as documentações referentes aos itens 18 e 19 do edital, ao tocante Qualificação Econômico-Financeira, foi requerido e cientificado





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

individualmente cada documento faltante e, como atendimento a nova convocação, foi enviado em 20/05/2025 às 13:21:01h, um total de 19 anexos;

- iii.) subentende-se que ocorreu uma falta documental diante da ausência de prova de inscrição no CNPJ, da não apresentação de certidão negativa de falência e recuperação judicial, e da apresentação parcial das demonstrações contábeis;
- iv.) a licitante declarada vencedora e habilitada se limitou a anexar apenas a cédula de identidade profissional digital de sua responsável técnica, sem comprovar sua validade ou situação ativa, o que não atende à exigência de comprovação de inscrição regular no CRMV;
- v.) a ART apresentada não substitui o Certificado de Registro de Pessoa Jurídica (CRPJ) junto ao CRMV e está vinculada ao profissional e à relação contratual de responsabilização técnica, sendo complementar ao Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, não sendo equivalente à Autorização de Funcionamento;
- vi.) a declaração apresentada contempla apenas castrações, omitindo a média de animais chipados, o que implica em descumprimento parcial da obrigação editalícias;
- vii.) a recorrida não apresentou as informações técnicas mínimas exigidas, como: Marca, Modelo e Especificações técnicas dos microchips, dados expressamente requeridos no Termo de Referência;



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

- viii.) a empresa limitou-se a apresentar declaração genérica, firmada conjuntamente com outras previsões, sem indicar nome, registro profissional, vínculo contratual ou comprovação da especialização em sedação inalatória do anestesista.

#### I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, tempestivamente, por meio do Sistema, apresentou suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso interposto e pugnando pela manutenção de sua habilitação, conforme as seguintes considerações, em síntese:

- i.) atesta que a Recorrida, como empresa especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, detém total e irrestrita capacidade estrutural, material e financeira de fornecer os serviços e materiais licitados, não havendo qualquer motivação que fundamente sua inabilitação;
- ii.) não há suposto indício de inexecuibilidade a ser apontado e comprovado, já que demonstrou capacidade operacional e financeira para cumprir o contrato pela apresentação do previsto quanto a qualificação econômico-financeira, sendo devidamente habilitada, além de ter enviado a exequibilidade da proposta de preços formulada a fim de demonstrar toda boa fé e compromisso assumido e plena capacidade em prestar os serviços;
- iii.) cita decisão do TCU que assim dispõe: "A mera apresentação de preços inferiores à média de mercado não pode ser utilizada





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

como critério automático para desclassificação de uma proposta, especialmente quando a empresa demonstrar capacidade operacional para cumprir o contrato.” e afirma que a mera diferença percentual não caracteriza, por si só, inexecutabilidade, tendo a empresa apresentado documentação hábil que demonstra a viabilidade da execução dos serviços nos valores ofertados;

- iv.) as alegações de ausência documental não se confirmam, eis que a documentação constante no SICAF é validada automaticamente pelo sistema ComprasGov.br e as certidões que não foram acostadas na habilitação foram apresentadas dentro do prazo concedido pelo pregoeiro, em sede de diligência, conforme permissivo legal;
- v.) quanto à inscrição no CRMV, consigna que a apresentação da cédula digital com QR Code e inscrição ativa é suficiente para comprovar a regularidade profissional, podendo ser verificada online e, quanto às autorizações de funcionamento, assevera que foram juntados os documentos exigidos (licença sanitária, ART, alvará), sendo desnecessária apresentação de documentos além dos requeridos em Edital.

## II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

A discussão gira em torno da exequibilidade da proposta apresentada pela empresa habilitada como provisoriamente vencedora do certame.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

Registra-se que a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e, em sede de diligência, foram enviados todos os documentos solicitados de modo a comprovar que a empresa Recorrida possui condições de cumprir as obrigações decorrentes do Edital em comento.

Faz-se necessário ressaltar o teor da Súmula 262 do TCU, a qual foi observada pelo Pregoeiro e assegura à licitante a possibilidade de demonstração da viabilidade econômica da oferta:

SÚMULA TCU 262: O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Ressalta-se, ainda, que há a possibilidade de apresentação posterior de documentos referentes à comprovação dos requisitos de habilitação, que contempla os documentos necessários para apuração de fatos e atualização de documentos, conforme o art. 64 da Lei n. 14.133/2021.

"Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação." (Acórdão 1.211/21)

Cabe salientar que, quanto à documentação solicitada em sede de diligência, a empresa apresentou todos os requisitos técnicos aptos a comprovar sua





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

capacidade em cumprir as obrigações assumidas perante esta Municipalidade em decorrência do procedimento licitatório em tela.

Inclusive, ressalta-se que, além do envio de toda a documentação probatória a respeito da plena condição da empresa habilitada em cumprir a integralidade do contrato, houve também, em sede de diligência, o envio por e-mail de relatório de custos, a qual ora se anexa ao presente procedimento, de forma reafirmar a exequibilidade da oferta e da capacidade da empresa em assumir todas as exigências e responsabilidades oriundas da contratação em tela.

A aplicabilidade deste item, não condiz com o objeto licitado, corroborando este entendimento, não constava tal planilha disposta no edital.

Neste sentido, colaciona-se o seguinte Enunciado do TCU "A conclusão pela inexecutabilidade de proposta apresentada por licitante demanda análise ampla de todos os itens que a compõem e não apenas de itens isolados." ([Acórdão TCU 379/2024-Plenário](#). Data da sessão: 06/03/2024. Relator: BENJAMIN ZYMLER)

Imperioso destacar que a Secretaria Municipal requisitante do certame avaliou toda a documentação enviada pela empresa, além de ter optado pela realização de vistoria *in loco*, na qual constatou a organização, a estrutura e a plena capacidade da empresa em realizar o integral cumprimento do contrato, conforme atestado na análise técnica exarada.

Insta consignar, por fim, que a autoridade que requisitou o certame detém competência para prover os subsídios técnicos necessários, eis que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, a qual detém o conhecimento técnico para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

III. DAS DILIGÊNCIAS

Diante do exposto, considerando que o teor do recurso aborda questões técnicas, encaminho o presente processo à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.12 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.

Após o recebimento da resposta da diligência técnica, a análise do recurso será complementada, com vistas à adoção de decisão fundamentada e alinhada aos princípios da legalidade, vinculação ao edital e segurança jurídica.

Nova Friburgo, 02 de julho de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I  
Matrícula nº 206.934





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



## RESPOSTA AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO: Nº 23.853/2025 (recurso) 45.785/2024 (licitatório)

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.032/2025**

**RECORRENTE: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA: BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**

**RECORRIDA: CONTRARRAZÕES INTERPOSTA PELA EMPRESA: HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, futura e eventual, de empresa especializada para o serviço médico-veterinário castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, pelo período de 01 (um) ano.**

### I. DAS PRELIMINARES

Resposta a RECURSO interposto pela empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 09.310.829/0001-65 ao setor de licitações, em face da decisão que a HABILITOU e declarou vencedora no presente certame a empresa **HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA** inscrita sob o CNPJ nº 49.455.683/0001-60.

### II. DA TEMPESTIVIDADE DOS RECURSOS

O recurso administrativo foi protocolado pela empresa tempestivamente obedecendo a premissa do item 22.4 do referido instrumento convocatório. Razão pela qual deve o presente ser apreciado, uma vez que restaram cumpridas as exigências de prazo, conforme item supracitado.

As contrarrazões foram interpostas tempestivamente em consonância com o item 22.8 do Edital e, assim, FORAM igualmente analisadas.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



### III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

EMPRESA: **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**

Em resumo:

#### “[...] IV - DAS RAZÕES RECURSAIS

##### DA INOBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA (INEXEQUIBILIDADE)

Enfatiza-se que o certame teve o início de sua fase externa em 19/05/2025 e findado o julgamento de proposta e habilitação em 09/06/2025.

No julgamento do resultado proferido, cujo foi declarada como VENCEDORA por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias a empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA., CNPJ 49.455.683/0001- 60, o que de fato suscitou uma INDEVIDA HABILITAÇÃO. Em face da empresa não ter atendido a todos requisitos previstos no instrumento convocatório.”[...]

“No que pese os valores unitários, vejamos:

Item	Descrição	Valor Estimado (R\$)	Valor Proposto Vencedor (R\$)	Diferença Absoluta (R\$)	Diferença Percentual (%)
1	Castração com microchip - tutelados	R\$ 415,00	R\$ 185,00	R\$ 230,00	55,4217%
2	Castração com microchip e internação 2 dias - machos errantes	R\$ 622,50	R\$ 218,00	R\$ 404,50	64,9799%
3	Castração com microchip e internação 7 dias - fêmeas errantes	R\$ 950,00	R\$ 298,00	R\$ 652,00	68,6316%
4	Hemograma com busca de hemoparasitas	R\$ 112,50	R\$ 34,50	R\$ 78,00	69,3333%

Sendo assim, a proposta ofertada pela empresa declarada vencedora, foi de R\$ 565.260,00, representando um desconto superior a 60% (sessenta por cento) em relação ao valor estimado de R\$ 1.431.375,00 conforme planilha orçamentária do Anexo II do edital.

Nos termos do art. 59, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, devem ser desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação. Além disso, o § 2º do mesmo artigo prevê que, havendo indícios de inexequibilidade, deve o pregoeiro exigir comprovação da viabilidade da proposta.

Ainda, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, em seu art. 33, § 3º, estabelece que há indícios de inexequibilidade quando os preços forem mais de 50% inferiores ao valor estimado da Administração. O item 14.4 do edital incorpora expressamente esta previsão normativa.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L**



Dessa forma, a proposta vencedora representa redução superior a 60% sobre o valor estimado pela Administração, ultrapassando, portanto, o patamar de 50% que, segundo o art. 33, § 3º, I, da IN SEGES/ME nº 73/2022, já configura indício suficiente de inexequibilidade.

É de se registrar, por zelo técnico e jurídico, que a recorrente não se arroga no direito de imputar inexequibilidade à proposta da empresa concorrente, tampouco pretende utilizar seus próprios custos ou parâmetros internos como critério comparativo, o que reconhece ser vedado e inadequado. [...]

A omissão da Administração, representada neste ato pelo Sr. Pregoeiro, neste caso, configura violação aos princípios previstos no art. 5º da N.L.L., destacando: da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, e ao dever de motivação, diligência viola frontalmente os princípios, ao deixar de observar critério previamente definido no edital e em norma federal.” [...]

**• DAS IRREGULARIDADES NA FASE DE HABILITAÇÃO [...]**

(...) foi solicitando e oportunizado ao licitante, duas convocações para envio de suas documentações de habilitação. Sendo a primeira enviada em 19/05/2025 às 14:19:29h e atendida em 19/05/2025 às 14:59:16h” com o envio de apenas 05 anexos. Em ato contínuo em nova sessão ocorreu a segunda enviada em 20/05/2025 às 10:48:07h”, mensagem da qual o Sr. Pregoeiro foi cuidadoso e zeloso e sob a justificava: [...]

Conforme pode ser verificado na figura acima, a licitante mesmo diante da convocação feita pelo Sr. Pregoeiro em 19/05/2025, da qual foi requerido além de sua proposta readequada, também fosse enviado todos seus documentos de habilitação. Não atendeu o proposto, haja visto o envio de apenas 05 anexos. Em ato contínuo diante na nova oportunidade de envio sob justificava dos documentos ausentes junto ao SICAF e destacando em especial os do item 18 de forma individualizada e de qualificação técnica. Desta forma, foi anexado 19 novos anexos em 20/05/2025. [...]

1. Ausência de Prova de Inscrição no CNPJ (Item 17.1 do Edital) [...]
2. Ausência de Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Item 18.2 do Edital) [...]
3. Apresentação Parcial das Demonstrações Contábeis – Índices (Item 18.4.1 do Edital) [...]

**DA INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ITEM 19 DO EDITAL, em**



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L**



especial os subitens 19.2.4, 19.2.5, 19.2.6, 19.2.7, 19.2.8 e 19.2.9) [...]

1. Inscrição no Conselho Profissional (CRMV) – Item 19.2.4 [...]
2. NÃO ATENDE À FINALIDADE DE COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO REGULAR DO RT NO CRMV [...]
3. Autorizações de Funcionamento (Item 19.2.5) [...]
4. Declaração da Quantidade Média de Animais Chipados (Item 19.2.6) [...]
5. Sistema de Cadastro de Microchip (Item 19.2.8) [...]
6. Ausência de Comprovação de Anestesista Especialista em Sedação Inalatória (Item 19.2.9) [...]

#### **“ VI- DOS PEDIDOS**

Face ao exposto, requer o recebimento do presente Recurso Administrativo, pelos argumentos anteriormente expostos.

Requer:

O conhecimento e provimento deste recurso, para fins de revisão da decisão que habilitou a empresa recorrida;

A inabilitação da referida licitante, por descumprimento dos requisitos editalícios e legais, com a consequente reclassificação das demais proponentes;

A preservação da legalidade do certame e do interesse público, conforme balizas normativas da Lei nº 14.133/2021., notadamente quando se tratar de contratação com a Administração Pública.

Diante dos fatos narrados e pelas razões recursais acima aduzidas, a ora. Recorrente requer ao Exmo. Sr. Pregoeiro, que seja declarada DEVIDAMENTE INABILITADA a recorrida, pois é o que se espera, caso não sejam atendidos os pedidos aqui pleiteados, **seja enviado o presente recurso administrativo à apreciação da Autoridade Superior para os fins de direito.**

#### **IV. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA**

**EMPRESA: HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA**

**Resumidamente:**

“[...]1. Da Suposta Inexequibilidade dos Preços





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L**



A recorrente alega que os preços ofertados pela Animamed seriam inexecutáveis em razão de apresentarem deságio superior a 50%. Contudo, cumpre esclarecer:

A mera diferença percentual não caracteriza, por si só, inexecutabilidade;

A Animamed apresentou documentação hábil que demonstra a viabilidade da execução dos serviços nos valores ofertados, nos moldes exigidos pelo art. 33 da IN SEGES/ME nº 73/2022;

O pregoeiro, no uso de sua discricionariedade técnica, entendeu como viável a proposta apresentada, não havendo nulidade ou ilegalidade no julgamento.

Portanto, não houve qualquer omissão por parte da Administração, tampouco afronta à legalidade ou aos princípios licitatórios.

## 2. Da Alegada Irregularidade na Habilitação

A empresa ora recorrida atendeu de forma plena e tempestiva todas as exigências de habilitação dispostas no edital. As alegações de ausência documental não se confirmam:

CNPJ: Consta no SICAF e é validado automaticamente pelo sistema ComprasGov, conforme jurisprudência pacífica;

Certidão negativa de falência: foi apresentada dentro do prazo concedido pelo pregoeiro, em nova oportunidade por diligência, conforme permissivo legal;

Demonstrações contábeis: foram apresentadas em conformidade com a legislação e com os parâmetros da Receita Federal, respeitado o prazo de constituição da empresa;

Inscrição no CRMV: a apresentação da cédula digital com QR Code e inscrição ativa é suficiente para comprovar a regularidade profissional, podendo ser verificada online;

Autorizações de funcionamento: foram juntados os documentos exigidos (licença sanitária, ART, alvará), sendo desnecessária apresentação de documentos além dos requeridos;

Comprovação de experiência e estrutura física: foram apresentadas as declarações exigidas no edital, e não há no instrumento convocatório exigência de comprovação documental adicional para todos os subitens técnicos.[...]"

## "IV -DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a empresa HOSPITAL



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA:

I- O não provimento do recurso interposto pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA;

II- A manutenção da decisão que declarou vencedora a empresa ora recorrida no Pregão Eletrônico nº 90.032/2025;

III- A homologação do certame, com consequente adjudicação dos itens à Animamed, assegurando a legalidade, a isonomia e a vantajosidade da proposta apresentada.

Requer ainda:

Caso ultrapassada a preliminar, o que não se espera, seja negado provimento ao Recurso por sua total improcedência;

Não aplicação do efeito suspensivo ao Recurso, haja vista o caráter flagrantemente protelatório;

Pela manutenção integral da decisão sob exame, ante a constatação de que foram corretamente aplicados os critérios de julgamento; e

Pela aplicação da sanção prevista na legislação em vigor, face a interposição de recursos protelatórios, notadamente quando se tratar de contratação com a Administração Pública.”

## V. DA ANÁLISE

Cabe ressaltar PRELIMINARMENTE que qualquer dúvida, omissão, impugnações, falha ou pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital do certame teve prazo especificado nos itens 25.2 – 25.4 do Edital, *in verbis*:

**“25.2 -Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

**25.3 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 2 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

**25.4 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, ao pregoeiro pelo endereço de e-mail [pregaoeletronico.friburgo@gmail.com](mailto:pregaoeletronico.friburgo@gmail.com).”**

Com isso, é notório e sabido que uma vez publicado o edital, torna-





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



se lei entre as partes, eis que, em regra, depois de publicado o Edital, não pode mais a Administração alterá-lo até o encerramento do processo licitatório, a não ser que por motivos pertinentes.

Antes da abertura da sessão houveram impugnações/questionamentos acerca da e tais foram respondidos e esclarecidos na íntegra e inclusive ensejaram a retificação do Edital e o Pregoeiro e sua Equipe, resultando em um edital que trouxesse maior competitividade ao certame, que fosse mais amplo e menos restritiva. Assim, seguindo as orientações legais e jurisprudenciais, o Pregoeiro e sua Equipe teoricamente julgaram todos os documentos em conformidade com o Edital, e a Administração, na análise da habilitação, tem que se pautar fielmente pelas disposições **legais e editais**, averiguando o cumprimento pelos licitantes das exigências aí contidas.

Marçal Justen Filho leciona também que “o procedimento licitatório é disciplinado por Lei, mas também por atos administrativos normativos. O ato convocatório da licitação define o objeto, estabelece pressupostos de participação e regras de julgamento.” (2006, p. 317).

O edital é a Lei interna da licitação e antecipa o objeto que será contratado, os requisitos para habilitação dos licitantes, os prazos, o tipo de licitação e a modalidade a ser seguida.

Uma vez definidas as condições no instrumento convocatório, “fica a Administração Pública estritamente vinculada aos seus termos, não podendo estabelecer exigências ou condições nele não previstas, nem tão pouco praticar atos não amparados pelo edital...” (GUIMARÃES, 2002, p. 53).

O egrégio Tribunal de Contas da União, (BRASIL, 2006. p. 17) expõe acerca do princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

“Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório”.

Com relação a este tema, cita-se alguns acórdãos do TCU (Tribunal



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



de Contas da União):

“Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara (Sumário)

Observe o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com as disposições exaradas especialmente no art. 3º da Lei 8.666/1993.

Acórdão 1046/2008 Plenário

Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 204/2008 Plenário (Relatório do Ministro Relator) Zele para que não sejam adotados procedimentos que contrariem, direta ou indiretamente, o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 819/2005 Plenário

A violação de princípios básicos da razoabilidade, da economicidade, da legalidade e da moralidade administrativa, e a desobediência às diretrizes fundamentais da licitação pública, no caso, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, bem como o caráter competitivo do certame constituem vícios insanáveis que ensejam a fixação de prazo para exato cumprimento da lei, no sentido de declarar a nulidade do certame.

Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara (Sumário)

Observe o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com as disposições exaradas especialmente no art. 3º da Lei 8.666/1993.”

A Administração, na análise da habilitação, tem que se pautar fielmente pelas disposições legais e editalícias, averiguando o cumprimento pelos licitantes das exigências aí contidas, nos seus seguros termos, como ensina Marçal Justen Filho:

“Na acepção de fase procedimental, a habilitação consiste no





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



conjunto de atos orientados a apurar a idoneidade e a capacidade de sujeito para contratar com a Administração Pública. Na acepção de ato administrativo decisório, indica o ato pelo qual a Administração finaliza essa fase procedimental, decidindo estarem presentes as condições do direito de licitar. (...) Na acepção semântica de fase procedimental, a habilitação sujeita-se ao disposto na lei e no ato convocatório. Enquanto ato decisório, a habilitação é ato vinculado. Não é informada por qualquer juízo de conveniência.”<sup>2</sup> (destaques acrescidos). Na hipótese dos autos, o Edital é claro, e nem poderia ser de outra forma <sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12.ed. São Paulo. Dialética. 2008, p. 374.

E ainda, há diversos outros princípios a serem seguidos, tais como o do julgamento objetivo que serve para garantir a lisura dos processos licitatórios. De acordo com esse princípio, as licitações devem sempre observar os critérios objetivos que foram definidos no edital na hora de fazer o julgamento.

Em outras palavras, a administração pública deve sempre seguir fielmente o que for disposto no edital no momento de julgar. Esse princípio impede que interpretações subjetivas do edital acabem favorecendo um concorrente em detrimento de outros. É um instrumento que favorece a democracia, pois é uma forma de garantir que todos terão a mesma chance de participar.

E há também os princípios da indisponibilidade e supremacia do interesse público que são considerados como os pilares que sustentam toda atividade da Administração Pública.

O princípio da indisponibilidade do interesse público, compreende-se que os servidores públicos não podem dispor dos bens e interesses públicos, como se particular fossem. Essa indisponibilidade deve estar presente em toda e qualquer atuação dos agentes públicos. Ou seja, de modo genérico, equivale a dizer que os interesses da Administração Pública não estão “disponíveis” para atender a interesses particulares, porque esses são interesses da Sociedade como um



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



todo. Já por supremacia do interesse público, deve-se compreender que as ações praticadas pelos servidores públicos devem ser necessariamente e absolutamente voltadas para o interesse da Administração Pública, ou seja, interesse da Sociedade.

Desta maneira, todas as empresas licitantes, devem compreender que NUNCA, JAMAIS ou EM HIPÓTESE ALGUMA o seu interesse particular irá se sobrepor ao interesse público.

O art. 37 da Constituição Federal cuida dos princípios imanentes à atividade da Administração da seguinte forma:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**" (grifo nosso)

Regulamentando o art. 37 da Constituição Federal, em 1º de abril de 2021, foi publicada a Lei nº 14.133/2021, a qual, em seu art. 5º estipula o objetivo das licitações públicas, in verbis:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."





Nota-se que ao prestigiar os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, igualdade e eficiência, o legislador constitucional originário teve como destinatária a proteção do interesse público, já que todas as contratações realizadas pela Administração Pública devem ser realizadas mediante as melhores condições de preço, qualidade e eficiência.

À luz dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, além do direito positivado através da Lei nº 14133/2021, não resta qualquer dúvida de que a Pessoa Jurídica de Direito Público deverá prestigiar legalidade, moralidade, eficiência e igualdade a todos os certames licitatórios em busca da contratação mais vantajosa ao interesse público.

No entanto, em que pesem tais considerações, importante ressaltar que para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, toma-se necessária a segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-os ao edital e este ao processo que o antecedeu, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O objetivo do processo licitatório – em especial no Pregão, em que o critério de julgamento é o MENOR PREÇO - é a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, **o que impõe não apenas a busca pelo menor preço, mas também da certificação de que a contratação atenda ao interesse público.**

Desta forma, a recorrente em suas razões solicita a reconsideração da decisão de habilitação da empresa recorrida que ofertou o menor preço na fase de lances, porém, com proposta final de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, portanto representando indício de inexigibilidade da proposta na forma do subitem 14.4 e s.s. e, por ter atendido parcialmente aos requisitos habilitatórios. Diante disso, o Pregoeiro e sua equipe, considerando que o teor do recurso aborda questões técnicas, encaminha os autos a esta Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal para análise quanto aos aspectos técnicos recorridos, nos termos do art. 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.12 do Edital do P.E. 90.032/2025, então vejamos pontualmente.:

Importante consignar que foi verificado que a contrarrazão



apresentada pela empresa HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA, trata-se de reprodução/cópia da Contrarrazão apresentada pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA doravante recoorente em sua participação no P.E. n. 90.021/2025 (processo 45.925/2025), da qual se se sagrou vencedora. Observava-se que realizaram mínimas supressões em poucos tópicos do documento, nos demais mantendo fielmente o que foi elaborado. Disponível para consulta na íntegra em: <https://www.pmnf.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1523>

Quanto a eventual inexecuibilidade dos preços o edital do P.E. 90.032/2025 dispõe em seu subitem 14.4 que *“No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.”* Desse modo, a inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove: que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Desse modo, a Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 (regulamentação utilizada pelo Município mque não tem regulamentação própria da matéria) traz um parâmetro percentual objetivo de inexecuibilidade para bens e serviços em geral, de forma similar ao que foi previsto pela lei para as obras e serviços de engenharia.

“Artigo 33. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela administração.

Artigo 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração.”

Parágrafo único. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta

Como deixa claro o dispositivo, foi eleito o parâmetro objetivo de 50% do valor orçado pela administração. Caso a proposta de preço do licitante fique





abaixo desse percentual, não cabe ao agente de contratação/ pregoeiro afastar a existência de inexecuibilidade por considerar que não há indícios suficientes.

Estando a proposta avaliada abaixo desse patamar, não é possível deixar de realizar as diligências necessárias para aferir se o objeto do contrato poderá ser executado, pelo licitante, pelo preço que ofereceu, inclusive abrindo-se ao licitante a oportunidade de demonstrar que conseguirá cumprir as suas obrigações com aqueles preços. **No entanto, embora, a situação tenha sido diligenciada pelo Pregoeiro, nos chama atenção o fato de que durante a realização da pesquisa de preços, iniciada em janeiro pelo Departamento de Cotação da Secretaria de Licitações e Planejamento, a empresa ora declarada vencedora, estimou seu preço em proposta datada de 09/01/2025 no valor de 1.446.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta e seis mil reais) (pp. 98-99 do P.A. 45.785/2024), ou seja, tal proposta estaria superestimada à época? Sobretudo, levando-se em consideração o valor final proposto após disputa com desconto acima de 60% em relação ao valor estimado para a licitação.**

Quanto a questão de documentação de habilitação vejamos:

De fato o CNPJ não é um documento juntado ao SICAF por um licitante, é declaratório no ato de inscrição da empresa no sistema, portanto, não pode ser suprido por cadastrado, não tendo sido apresentado embora haja previsão de apresentação no edital.

Certidão de Falência e Concordata, não constava no SICAF, de modo que foi requerida expressamente pelo Pregoeiro no chat do sistema de compras do governo federal utilizado pelo município, cujo print foi juntado pela recorrente em seu recurso, foram requeridos ainda outros documentos, conforme demonstrado nos dias 19 e 20 de maio (p. 6 do P.A. 23.853/2025).

Quanto a Certidão de Falência e Concordata foi verificado que o documento foi emitido em 22/05/2025 às 17:25:23 (p. 841), portanto, documento apresentado fora do prazo diligenciado pelo Pregoeiro em 19 e 20 de maio de 2025, (previsão no subitem 15.8.1 e s.s. – p. 581 do P.A. 23.853/2025). No entanto, a recorrente questiona a diligência em função de que não foi nada relatada ou apresentado informação correlacionada aos demais



licitantes, ocorrendo apenas a visita na sede da licitante, para tratar do aspecto de técnico.

Quanto as Demonstrações Contábeis, não foram encontrados nos autos índices em contraposição ao disposto no subitem 18.4 a 18.4.1 do edital do P.E. 90.032/2025 (pp. 586):

“[...]”

*18.4 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;*

*18.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:*

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

*18.4.2 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;*

*18.4.3 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. [...]”*

Quanto aos demais documentos de habilitação, verificamos que foi juntada a título de inscrição no Conselho respectivo (CRMV), além da cédula o de identidade somente a Certidão Negativa de Pessoa Jurídica em Razão Social da pessoa jurídica: ANIMAMED CLINICA VETERINARIA LTDA, assim como, CERTIDÃO NEGATIVA DE PESSOA FÍSICA em nome LUCILLA CABRAL DA SILVA MONTEROART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR ESTABELECIMENTO emitidas pelo Conselho Regional de





Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro em 16/06/2025 válida até 16/07/2025., declaração contendo quantidades de animais chipados e sistema de cadastro de microchipagem, assim como, Licença Sanitária, só foram apresentados em 16/06/2025 junto as contrarrazões da empresa decalorada provisoriamente vencedora: HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA

Desta feita, corroborando com os argumentos do presente Parecer e com respaldo nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, princípios da igualdade e demais princípios norteadores dos processos licitatórios, bem como **nas diretrizes jurisprudenciais**, a autoridade competente desta Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal entende pela prodência das razões de recurso diante das impropriedades verificadas, ainda que razoáveis em parte, o s.m.j., denota a inabilitação da empresa recorrida pelos fundamentos expostos acima, entendendo pela reabertura do certame e a análise da documentação de habilitação do próximo licitante classificado, repetindo-se o processo até que um licitante habilitado seja encontrado.

## **VI. DAS CONCLUSÕES:**

**Isto posto, sem nada mais a evocar, antes de qualquer manifestação conclusiva por parte desta Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal, submetemos a questão para apreciação do Órgão de Assessoramento Jurídico da Procuradoria-Geral do Município para manifestação quanto a regularidade/ legalidade do procedimento em recurso.**

Nova Friburgo, 16 de julho de 2025.

André Luiz Silva de Moraes  
Secretário de Bem-estar e Proteção Animal  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo



**Processo: 23.853/2025**

**Requerente: BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**

**Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.032/2025 -**

**Processo Licitatório n. 45.785/2025**

À Ilma. Sra. Dra. Subprocuradora de Licitações e Contratos,

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de recurso apresentado pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA. em face da decisão que habilitou e declarou vencedora a licitante HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025, que teve por objeto a *“REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, futura e eventual, de empresa especializada para o serviço médico-veterinário castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, pelo período de 01 (um) ano.”*.

Em suma, a requerente alega em sua peça recursal (fls. 02/18) a inobservância aos critérios de aceitabilidade da proposta (inexequibilidade), irregularidades na fase de habilitação e inobservância dos requisitos de qualificação técnica, requerendo, ao final, a inabilitação da empresa HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA.

Às fls. 19/29, consta as contrarrazões apresentadas pela recorrida.

A Comissão de Pregão I ofertou manifestação acerca do recurso (fls. 49/56), rementendo os autos à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal para análise técnica.





Às fls. 57/71 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal.

É o relatório.

## II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que o recurso apresentado é tempestivo, em conformidade com a manifestação da Comissão Permanente de Pregão I, que recebeu o presente recurso.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo **será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.**” (sem grifos no original)



Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal do Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 19.5 do edital assim dispõe:

“19.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.”.





No caso em exame, conforme narrado no relatório, verifica-se que o Pregoeiro recebeu o recurso, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria Municipal do Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável para pronunciamento de ordem técnica.

Por certo, o presente parecer abordará tão somente as questões eminentemente jurídicas, dentro das atribuições inerentes a esta Procuradoria-Geral do Município.

**a) Da alegação de inexecuibilidade da proposta**

Alega a recorrente que o preço ofertado pela recorrida é inexecuível.

Acerca da inexecuibilidade das propostas, assim dispõe a Lei de Licitações:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**III - apresentarem preços inexecuíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;**

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.



§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

Inicialmente, temos que o §4º do art. 59 se aplica somente às licitações de obras e serviços de engenharia.

A orientação da jurisprudência do Tribunal de Contas da União é no sentido de que a presunção de inexecuibilidade é meramente relativa e não absoluta, fazendo-se necessário oportunizar ao licitante demonstrar a exequibilidade da sua proposta, conforme previsto na Súmula n. 262 do TCU, a qual estabelece:

**“O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.”**

Nesse sentido, a Corte de Contas, no Acórdão n. 1244/2018 – Plenário, ponderou:

**“A desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados e deve ser franqueada a oportunidade de cada licitante defender a respectiva proposta e demonstrar a sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes que ele tenha a sua proposta desclassificada.”.**

Tratando-se de matéria estritamente técnica/contábil, não cabe a esta assessoria jurídica se imiscuir no julgamento da proposta da recorrida, cuja atribuição é do Pregoeiro, podendo solicitar auxílio técnico especializado em sede de diligência, caso entenda necessário, na forma do subitem 23.11 do Edital.





No caso dos autos, o pregoeiro afirma que *"a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e, em sede de diligência, foram enviados todos os documentos solicitados de modo a comprovar que a empresa Recorrida possui condições de cumprir as obrigações decorrentes do Edital em comento."* E continua:

*"Cabe salientar que, quanto à documentação solicitada em sede de diligência, a empresa apresentou todos os requisitos técnicos aptos a comprovar sua capacidade em cumprir as obrigações assumidas perante esta Municipalidade em decorrência do procedimento licitatório em tela. Inclusive, ressalta-se que, além do envio de toda a documentação probatória a respeito da plena condição da empresa habilitada em cumprir a integralidade do contrato, houve também, em sede de diligência, o envio da planilha de custos, de forma reafirmar a exequibilidade da oferta e da capacidade da empresa em assumir todas as exigências e responsabilidades oriundas da contratação em tela".*

Destarte, se a recorrida apresentou a sua Planilha de Custos a contento, tendo o pregoeiro, portanto, verificado a conformidade da proposta na forma do art. 59 da Lei n. 14.133/2021, s.m.j., não há que se falar em inexecuibilidade.

**Observe-se, todavia, que a Secretaria de Bem Estar Animal e Proteção** **suscitou dúvida acerca da exequibilidade da proposta da recorrida**, aduzindo que *"embora, a situação tenha sido diligenciada pelo Pregoeiro, nos chama atenção o fato de que durante a realização da pesquisa de preços, iniciada em janeiro pelo Departamento de Cotação da Secretaria de Licitações e Planejamento, a empresa ora declarada vencedora, estimou seu preço em proposta datada de 09/01/2025 no valor de 1.446.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta e seis mil reais) (pp. 98-99 do P.A. 45.785/2024), ou seja, tal proposta estaria superestimada à época? Sobretudo, levando-se em consideração o valor final proposto após disputa com desconto acima de 60% em relação ao valor estimado para a licitação."*

**Destarte, s.m.j., tal questão deve ser verificada.**



No mais, não foi suscitada qualquer dúvida jurídica quanto a este ponto, mas tão somente questionamentos quanto à efetiva viabilidade da proposta.

**b) Da alegação de irregularidades na habilitação da empresa recorrida**

Alega a recorrente que a recorrida não cumpriu a convocação inicial, tendo enviado posteriormente, após solicitação do pregoeiro, apenas 05 anexos que não contemplavam todos documentos previstos e, ainda, que as documentações referentes aos itens 18 e 19 do edital não estavam cadastradas no SICAF.

Cabe ressaltar que a fase de habilitação é regulada pelos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, **estando prevista no item 15 e seguintes do edital de licitação.**

Ressalta-se a literalidade do art. 64 da Lei de Licitações, que permite à Comissão de Licitação diligenciar para sanar eventuais erros e exigir complementação dos documentos faltantes, desde que pré-existentes ao certame:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou **a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

I - **complementação de informações acerca dos documentos** já apresentados pelos licitantes e **desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;**

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, **a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas** que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à





habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Com efeito, o legislador atualizou a redação do dispositivo concernente à entrega dos documentos, permitindo a substituição ou a apresentação de novos documentos em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para atualização de documentos cuja validade tenha expirado e para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

Tal evolução legislativa está em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União que, em decisões recentes, opinou pela possibilidade de juntada de documentos, desde que atestem condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

Nesse sentido, faz-se importante colacionar a ementa do Acórdão TCU n. 1.211/2021-Plenário, julgado em 26/05/2021:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio)



sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”. (sem grifos no original)

No Acórdão 2443/2021-Plenário, datado de 06/10/2021<sup>3</sup>, o TCU novamente afirmou a possibilidade de documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência:

#### ENUNCIADO

A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), **não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência.** (sem grifos no original)

Resta, claro, portanto, que o pregoeiro pode solicitar a apresentação de documentação faltante, desde que destinada a atestar condição de habilitação preexistente à abertura do certame.

Conforme já narrado no tópico anterior, o pregoeiro afirma que *"quanto à documentação solicitada em sede de diligência, a empresa apresentou todos os requisitos técnicos aptos a comprovar sua capacidade em cumprir as obrigações assumidas perante esta Municipalidade em decorrência do procedimento licitatório em tela"*.





Considerando que a análise dos documentos referentes à habilitação e capacidade econômico-financeira ultrapassam as questões jurídicas atinentes a esta Procuradoria-Geral, cabe à Comissão de Pregão tal verificação e decisão, na forma do artigo 165, §2º da Lei 14.133/2021 e item 22 do edital.

**c) Da alegação de inobservância dos requisitos de qualificação técnica**

Alega a recorrente que a recorrida não teria cumprido os requisitos da qualificação técnica exigida no edital de licitação, a saber: *i)* se limitou a anexar apenas a cédula de identidade profissional digital de sua responsável técnica, sem comprovar sua validade ou situação ativa, o que não atende à exigência de comprovação de inscrição regular no CRMV - item 19.2.4; *ii)* o documento digital, embora seja válido como identificação funcional, não atesta a regularidade atual do profissional junto ao CRMV, vez que não informa se o profissional está adimplente com suas obrigações perante o Conselho, o que é essencial para o exercício legal da Responsabilidade Técnica; *iii)* visando atender as autorizações de seu funcionamento, a recorrida anexou apenas a sua Licença Sanitária e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), o que não substitui o Certificado de Registro de Pessoa Jurídica (CRPJ) junto ao CRMV - item 19.2.5; *iv)* a Declaração da Quantidade Média de Animais Chipados apresentada contempla apenas castrações, omitindo a média de animais chipados, o que implica em descumprimento parcial da obrigação editalícia - Item 19.2.6); *v)* a recorrida não apresentou as informações técnicas mínimas exigidas do Sistema de Cadastro de Microchip, como: Marca, Modelo e Especificações técnicas dos microchips - item 19.2.8; e *vi)* ausência de Comprovação de Anestesista Especialista em Sedação Inalatória - item 19.2.9.

A recorrida, em contrarrazões, aduz que: *i)* CNPJ: Consta no SICAF e é validado automaticamente pelo sistema ComprasGov, conforme jurisprudência pacífica; *ii)* Certidão negativa de falência: foi apresentada dentro do prazo concedido pelo pregoeiro, em nova oportunidade por diligência, conforme permissivo legal; *iii)*



Demonstrações contábeis: foram apresentadas em conformidade com a legislação e com os parâmetros da Receita Federal, respeitado o prazo de constituição da empresa; iv) Inscrição no CRMV: a apresentação da cédula digital com QR Code e inscrição ativa é suficiente para comprovar a regularidade profissional, podendo ser verificada online; v) Autorizações de funcionamento: foram juntados os documentos exigidos (licença sanitária, ART, alvará), sendo desnecessária apresentação de documentos além dos requeridos; e vi) Comprovação de experiência e estrutura física: foram apresentadas as declarações exigidas no edital, e não há no instrumento convocatório exigência de comprovação documental adicional para todos os subitens técnicos.

Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art.

67:

*Art. 67. A documentação relativa à **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional** será restrita a:*

*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*

*II - **certidões ou atestados**, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

*III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;*

*V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;*

*VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*





*§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.*

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.*

*§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.*

*[...]*

Por sua vez, vejamos o que o edital de licitação dispôs acerca dos requisitos de qualificação técnica:

#### 19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

19.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

19.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

19.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

19.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação,



endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

19.2.4 - Inscrição do responsável técnico no CRMV, na validade.

19.2.5 Certidões sanitárias e autorizações de funcionamento, além de declaração de normas de biossegurança;

19.2.6 Declaração da quantidade média de animais castrados e chipados/ano;

19.2.7 Declaração de que a empresa tem o mínimo de 10 baias disponíveis para internação dos animais errantes;

19.2.8 Declaração do sistema utilizado para preenchimento do cadastro de microchip;

19.2.9 comprovação que a equipe conte com uma anestesista com especialização em sedação inalatória à disposição das marcações.

A qualificação técnica tem por escopo aferir a capacidade para a execução do objeto licitado. Limita-se, portanto, àquelas exigências estabelecidas, admitindo-se eleger, dentro daquele rol, o quanto necessário, mantendo uma relação de proporcionalidade com o objeto pretendido, levadas em consideração as características semelhantes ou similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Abrange tanto a comprovação de capacidade técnico-profissional, relacionada à aptidão dos profissionais que integram o quadro da empresa, demonstrada através de atestado de responsabilidade técnica, quanto a técnico-operacional, que diz respeito à capacidade da empresa na execução de objetos similares, aferida mediante certidões, atestados ou documento de avaliação emitido em face de sua atuação na execução de outros ajustes.

Tais exigências são obrigatórias nas contratações de obras e serviços de engenharia, e nos demais casos, substituíveis por provas alternativas que permitam aferir que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática, conforme estabelecido no § 3º do art. 67.

*In casu*, o objeto do certame é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviço médico-veterinário, portanto, a exigência de comprovação da

13





demonstração da capacidade técnico-operacional da empresa se faz necessária, uma vez que o objetivo é averiguar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de executar o objeto.

Assim, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos compatíveis com o objeto a ser contratado, a fim de resguardar a Administração da contratação de licitantes aventureiros que não detenham capacidade de executar o objeto contratado.

A comissão de pregão afirma que *"a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e, em sede de diligência, foram enviados todos os documentos solicitados de modo a comprovar que a empresa Recorrida possui condições de cumprir as obrigações decorrentes do Edital em comento"*, ressaltando, ainda, a *"possibilidade de apresentação posterior de documentos referentes à comprovação dos requisitos de habilitação, que contempla os documentos necessários para apuração de fatos e atualização de documentos, conforme o art. 64 da Lei n. 14.133/2021"*.

Com efeito, tratando-se de requisito de habilitação, aplica-se aos documentos de qualificação técnica também o comando do art. 64 da Lei n. 14.133/2021, devendo ser analisada pelo pregoeiro a necessidade de realização de diligência.

Entretanto, a Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal, em manifestação de fls. 57/71, entendeu *"pela prodência das razões de recurso diante das impropriedades verificadas, ainda que razoáveis em parte, o que, s.m.j., denota a inhabilitação da empresa recorrida pelos fundamentos expostos acima, entendendo pela reabertura do certame e a análise da documentação de habilitação do próximo licitante classificado, repetindo-se o processo até que um licitante habilitado seja encontrado"*.



Considerando se tratar de qualificação técnica, cabe ao pregoeiro e à secretaria requerente proceder com a verificação do cumprimento dos requisitos, cuja análise foge à expertise desta assessoria jurídica.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão III** para ciência do presente parecer, devendo ser observados os apontamentos elencados nos tópicos anteriores, aos quais remete à leitura para análise e verificação a fim de balizar a sua decisão, bem como a manifestação técnica da Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal (fls. 57/71).

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 21 de julho de 2025.

Paola Wermelinger Câmara  
Analista Processual I  
Subprocuradoria de Licitações e Contratos  
Matrícula: 300.626



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO



#### REFERÊNCIAS

<sup>1</sup><https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrencia>

<sup>2</sup>JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 2. ed. - rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, p. 858/859.

<sup>3</sup>TCU, Acórdão nº 2443/2021, do Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman, j. em 06.10.2021.

<sup>4</sup><https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrencia>





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

À Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal

ENCAMINHAMENTO

PE Nº 90.032/2025

Processo Licitatório nº **45.785/2024**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.032/2025**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, futura e eventual, de empresa especializada para o serviço médico-veterinário castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, pelo período de 01 (um) ano.**

Trata-se o presente processo administrativo de Recurso interposto, tempestivamente, pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.310.829/0001-65, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.455.683/0001-60, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025.

I. DO RELATÓRIO



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

#### I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. Salienta-se que a intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade prévio.

#### I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, requerendo a desclassificação da empresa ora habilitada diante das alegações transcritas, em síntese, no encaminhamento para diligência técnica constante do processo administrativo digital nº 23853/2025.

#### I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida apresentou suas contrarrazões, tempestivamente, por meio do Sistema, rebatendo as alegações do recurso interposto e sustentando a manutenção de sua habilitação, conforme as alegações transcritas de forma sintética no encaminhamento para diligência técnica mencionado acima.

## II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO E DAS DILIGÊNCIAS



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

Insta consignar que a autoridade que requisitou o certame detém competência para prover os subsídios técnicos necessários, eis que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, a qual possui o conhecimento técnico para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado.

Deste modo, o processo foi encaminhado à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, e, ato contínuo, à Procuradoria-Geral do Município, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.12 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025, a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro.

A PGM consignou, nos termos do parecer exarado nos autos do processo administrativo digital nº 23.853/2025, que, apesar da presunção de inexequibilidade ser meramente relativa e não absoluta, fazendo-se necessário oportunizar ao licitante demonstrar a exequibilidade da sua proposta, o que foi devidamente realizado pela Comissão de Pregão, deve haver uma verificação quanto à dúvida suscitada pela Secretaria quanto a exequibilidade da proposta da empresa habilitada.

**Observe-se, todavia, que a Secretaria de Bem Estar Animal e Proteção suscitou dúvida acerca da exequibilidade da proposta da recorrida, aduzindo que** *"embora, a situação tenha sido diligenciada pelo Pregoeiro, nos chama atenção o fato de que durante a realização da pesquisa de preços, iniciada em janeiro pelo Departamento de Cotação da Secretaria de Licitações e Planejamento, a empresa ora declarada vencedora, estimou seu preço em proposta datada de 09/01/2025 no valor de 1.446.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta e seis mil reais) (pp. 98-99 do P.A. 45.785/2024), ou seja, tal proposta estaria superestimada à época? Sobretudo, levando-se em consideração o valor final proposto após disputa com desconto acima de 60% em relação ao valor estimado para a licitação."*

**Destarte, s.m.j., tal questão deve ser verificada.**

6





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

Por tal razão, encaminhamos os autos à Secretaria requisitante do certame para que avalie as questões suscitadas na apreciação do recurso, tendo em vista que a cotação foi aprovada e ratificada pelo Secretário Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, que fez a escolha do preço a ser licitado, conforme o documento "Análise dos Preços Coletados", anexo a seguir.

Cabe salientar que o processo licitatório traz a Ata contratada através do processo anterior, de número 140/2023, e que os preços apresentados estão próximos à proposta da empresa Recorrida.

O processo eletrônico também contém todos os documentos referentes à fase de cotação, conforme Anexos 9 a 19 do processo digital nº 45.785/2024, os quais foram analisados pela Secretaria Municipal requisitante antes da elaboração do documento referido como "Análise dos Preços Coletados", trazendo inclusive a justificativa da escolha dos preços a serem licitados, estando devidamente assinado pela Subsecretária e Secretário da pasta.

Nada obstante, segue também em anexo o Mapa Comparativo de Preços, Relatório de Pesquisa de Mercado e Análise de Preços, acostados ao presente processo, para que a averiguação solicitada pela PGM seja realizada.

Ademais, consigna-se que a habilitação da Recorrida se deu com base na documentação aprovada bem como na vistoria *in loco* realizada na empresa, a qual foi ratificada pelo Secretário Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal e pelo médico-veterinário da Secretaria, conforme se observa no Relatório de Visita Técnica que segue em anexo.

Por fim, quanto à análise dos documentos referentes à habilitação, capacidade econômico-financeira e qualificação técnica da empresa, expôs a PGM que cabe à Comissão de Pregão tal verificação e decisão, na forma do artigo 165, §2º da Lei 14.133/2021 e item 22 do edital. Neste sentido, ratificamos que, quanto à



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

documentação solicitada em sede de diligência, a empresa apresentou todos os requisitos técnicos aptos a comprovar sua capacidade em cumprir as obrigações assumidas perante esta Municipalidade em decorrência do procedimento licitatório em tela.

### III. DO ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, considerando as questões suscitadas pela Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, encaminho a documentação mencionada para análise e manifestação, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.12 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025, a fim de elucidar os questionamentos, conforme orientação da Procuradoria Geral do Município.

Nova Friburgo, 29 de julho de 2025.

LEONARDO  
GABRIG  
PEIXOTO:108  
58597705

Assinado digitalmente por LEONARDO  
GABRIG PEIXOTO:10858597705  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=proresencial,  
OU=0202238000107, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=  
ARTREND, OU=RFBA-CPF-A3, CN=  
LEONARDO GABRIG  
PEIXOTO:10858597705  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.07.29 17:58:03-0300  
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I

Matrícula nº 206.934



## **RELATÓRIO TÉCNICO DE VISITA – FISCALIZAÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED**

Processo Administrativo: PE 90.032/2025

Contratada: Hospital Veterinário Animamed

Endereço: Av. Walter Machado Thedin, nº 795 – Lojas 3, 4 e 5 – Mury, Nova Friburgo/RJ

Data da Visita Técnica: 23 de maio de 2025

Fiscal Responsável:

Higor Nascimento Silva Lombardo CPF:132.650.337-59 CRMV:12263

Médico Veterinário Concursado Mat.:301344

### **1. FINALIDADE DA VISTORIA**

A presente vistoria técnica teve como objetivo aferir a conformidade estrutural, técnica, sanitária e funcional do Hospital Veterinário Animamed em relação às obrigações assumidas no Edital PE 90.032/2025, cujo objeto contratual abrange:

- Castrações cirúrgicas em cães e gatos;
- Realização de hemogramas completos;
- Implantação de microchips de identificação eletrônica.

### **2. RESULTADOS DA INSPEÇÃO**

#### **2.1 Estrutura Física e Instalações**

As instalações físicas do Hospital foram consideradas adequadas e tecnicamente compatíveis com os serviços contratados. Destacam-se os seguintes ambientes:

- Consultórios (4 unidades):
  - 01 exclusivo para felinos, com enriquecimento ambiental e isolamento acústico;
  - 01 consultório volante, para atendimento emergencial ou rotativo;
  - 02 consultórios gerais, equipados com mesa de contenção, iluminação dirigida e armário



com medicamentos básicos.

- Internação:

- Felinos: 26 baias independentes, com ventilação natural, pontos de energia e conforto térmico.

- Caninos: 13 baias individuais, piso lavável, sistema de drenagem; expansão estrutural prevista para mais 7 unidades.

- Presença de sala de isolamento com controle de fluxo, conforme exigências sanitárias.

- Centro Cirúrgico:

- Sala específica para procedimentos cirúrgicos eletivos, com:

- Mesa cirúrgica de aço inox com sistema de contenção;

- Monitor multiparamétrico;

- Sistema de oxigenação e anestesia inalatória;

- Instrumental cirúrgico autoclavado, acondicionado adequadamente.

- Áreas de antisepsia, paramentação e recuperação anestésica bem demarcadas.

- Laboratório Clínico:

- Capacidade para execução de hemogramas completos;

- Presença insumos em conformidade com a rotina laboratorial;

- Raio-X digital disponível 24 horas.

- Ambiente de Microchipagem:

- Chips compatíveis com a norma estabelecida no edital;

- Leitor disponível no ato da visita e inserção.

## **2.2 Recursos Humanos**

A equipe técnica apresentada contempla:

- Seis médicos-veterinários clínicos, sendo dois cirurgiões (incluindo o proprietário Dr. Kauê e a Dra. Lucilla);

- Profissional anestesiologista com treinamento e atualização;

- Auxiliar veterinário treinado;
- Plantão presencial ou sob regime de prontidão para suporte cirúrgico e internações.

### **2.3 Experiência Operacional e Serviços Complementares**

- O hospital apresenta experiência consolidada de 16 anos no mercado veterinário, com atuação como hospital veterinário desde agosto de 2024;
- Oferece serviços 24h, incluindo:
- Clínica médica e cirúrgica de animais domésticos, silvestres e exóticos;
- UTI veterinária, maternidade, isolamento, fisioterapia, acupuntura e ozonioterapia;
- Laboratório clínico, diagnóstico por imagem, internação monitorada;

### **3. CONCLUSÃO**

Com base nos achados da visita, conclui-se que o Hospital Veterinário Animamed encontra-se tecnicamente apto e estruturalmente em conformidade com as exigências do Edital PE 90.032/2025, especialmente no que se refere a:

- Adequação da infraestrutura física e sanitária para execução de castrações, exames laboratoriais e microchipagem;
- Capacidade operacional e equipe técnica habilitada para atendimento da demanda contratada;
- Ambiente controlado, seguro e tecnicamente equipado, em consonância com as boas práticas médico-veterinárias.

### **4. REGISTROS FOTOGRÁFICOS**





























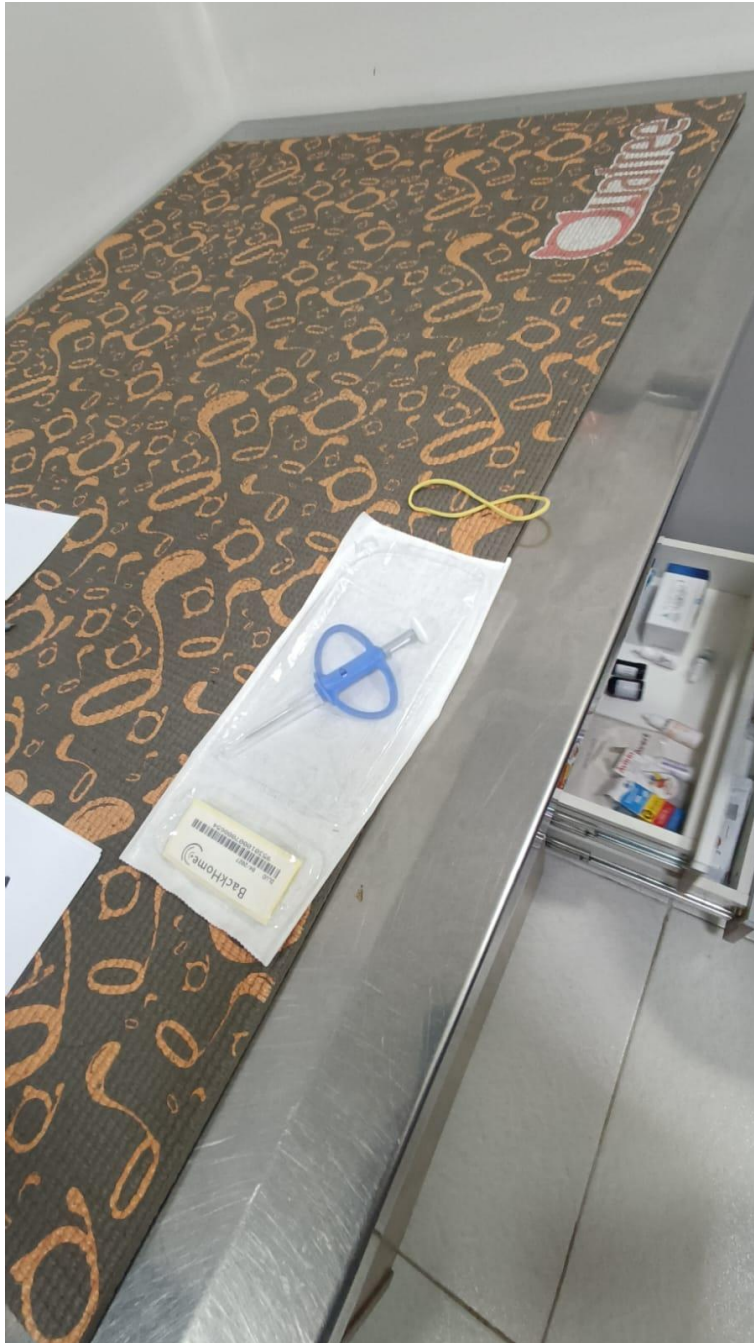






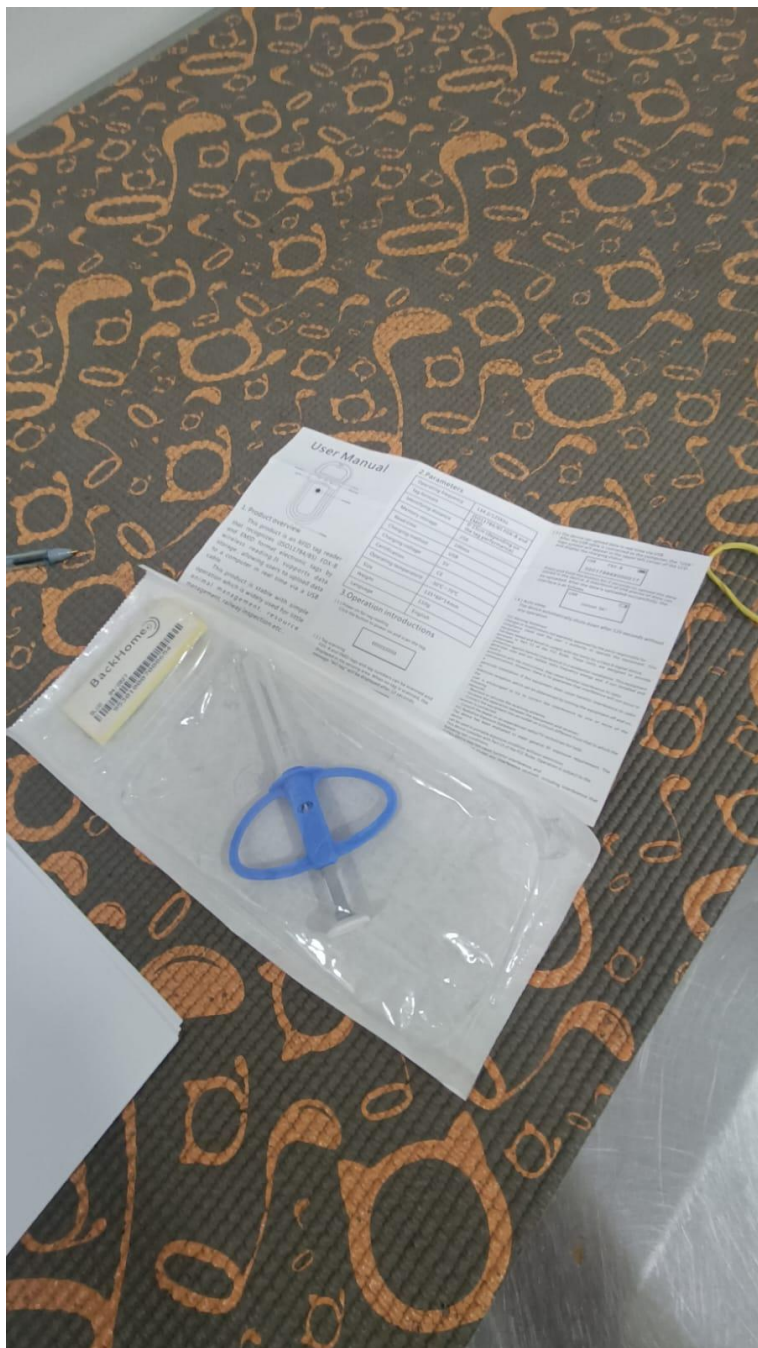


























































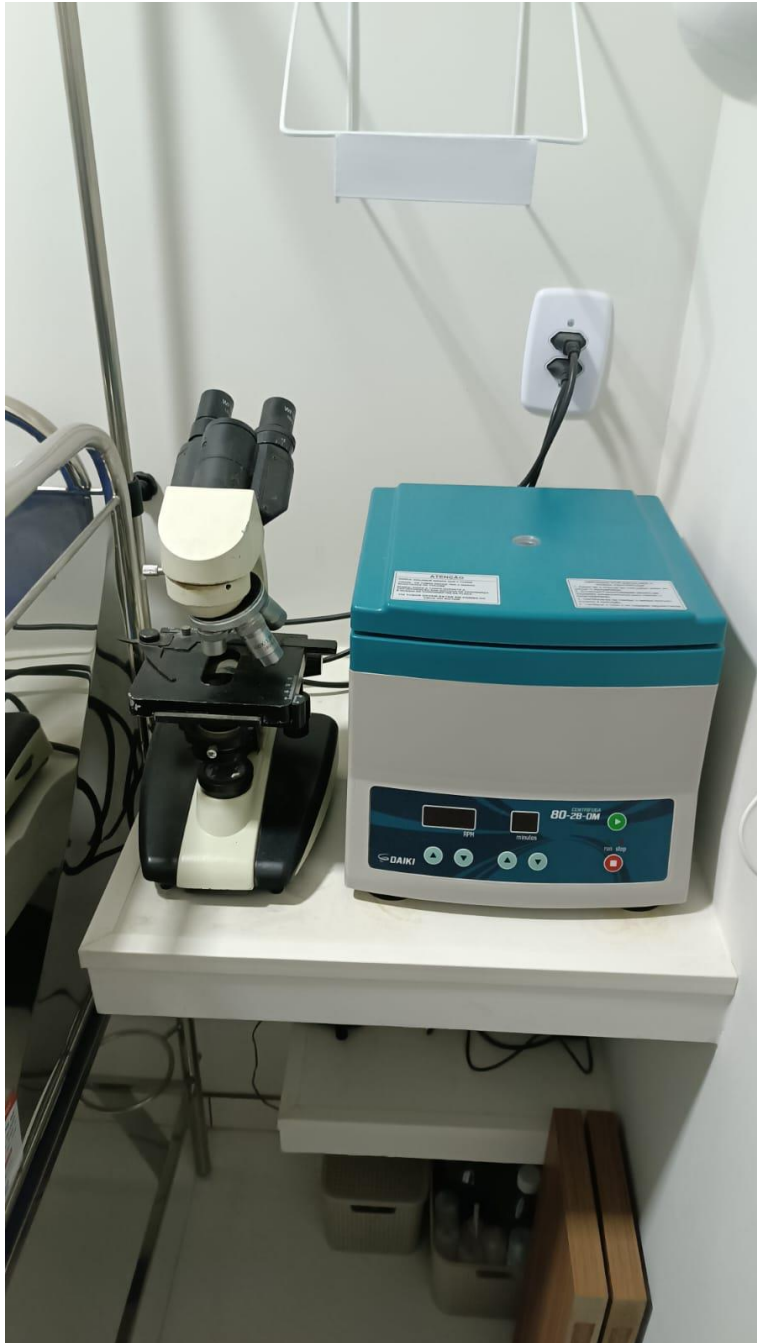




































Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANDRÉ LUIZ SILVA DE MORAIS  
Data: 03/06/2025 13:28:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**André Luiz Silva de Moraes**

**Matrícula: 063.797**

Secretário Municipal de Bem-estar e Proteção Animal

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** HIGOR NASCIMENTO SILVA LOMBARDO  
Data: 03/06/2025 13:15:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Higor Nascimento Silva Lombardo**

**Matrícula: 301344**

Médico Veterinário- CRMV:12263



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L

Ref:	<i>Processo Administrativo 45785/24 de interesse da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - Sebea</i>
Assunto:	<i>Análise dos preços coletados</i>

Trata-se de processo administrativo que visa a contratação, futura e eventual, de empresa especializada para prestação de serviços médico veterinário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em Contratação, futura e eventual, de empresa especializada para o serviços de médico-veterinário de castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pelo período de 12(doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos.

A pesquisa de preço tem por objetivo estabelecer o Preço de Referência para aquisição do bem ou serviço, compatível com a realidade do mercado, isto é, o preço que é comummente ofertado pelo mercado. Por esta razão, a pesquisa de preços não se trata de uma simples coleta indiscriminada de preços, ela deve traduzir a realidade de mercado para bem ou serviço que se pretende contratar.

Para tanto, é indispensável que a Administração Pública avalie, de forma crítica, a pesquisa de preços obtida junto ao mercado, sobretudo quando houver grande variação entre os valores obtidos, Essa avaliação não é só uma boa prática, mas também uma obrigação do agente administrativo conforme o entendimento proferido pelo TCU no Acórdão n °403/2013 - Primeira Câmara.

No mesmo sentido, o Plenário, por meio do Acórdão n °1108/2007, entendeu não ser admissível que a pesquisa de preços feita pela entidade seja destituída de juízo crítico acerca da consistência dos valores levantados.

Desse modo, para obtenção do resultado da pesquisa, não poderão ser considerados os preços excessivamente elevados ou inexequível, São os próprios preços encontrados na pesquisa que devem ser utilizados como critérios e parâmetros para análise.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



Considerando todos os procedimentos administrativos até então adotados e o resultado da pesquisa de preços concluída pela Secretaria de Licitações e Planejamento, conforme mapa de fornecedores que se encontrada em ID 10 folhas 19 - 112 dotar-se-á.

#### ● Média Aritmética dos Parâmetros

A escolha dos métodos para obtenção dos preços estimados, visam evitar a licitação deserta ou frustrada, bem como garantir a concorrência.

Cabe salientar que em análise do Relatório de Comprovação de Competitividade pág 113 foi atestada a competitividade do presente certame.

É possível visualizar, pelas cotações realizadas, a compatibilidade de ao menos 03(três) cotações de 03 (três) distintos fornecedores, na maioria dos valores apurados, conforme disposto no Art. 4º do Decreto Municipal n º2007 de 16 de fevereiro de 2023, vejamos:

*Art 4º. Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado , a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 3º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes eos excessivamente elevados.*

Contudo, pela especificidade dos itens entende-se por mantê-los em razão do que se passa a expor.

Primeiramente, conforme apresentado nos autos foram fornecidos 03 (três) prazos para apresentação de valores pelas empresas, a fim de que fossem estimados os preços de mercado dos itens a serem contratados.

Em continuação, os serviços a serem contratados são considerados como mínimos para a prestação de atendimento de socorro aos animais pela equipe técnica de planejamento, no que tange à urgência e emergência, conforme melhor explicitado no Estudo Técnico Preliminar acostado aos autos.

Em averiguação aos valores informados pelas duas empresas, percebe-se que não há variação exorbitante que demonstre ser inexequível à Administração Pública.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



O certame licitatório deverá ocorrer na Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico pelo menor preço global, nos termos da Lei n º 14.133/2021 no sistema **ABERTO E FECHADO**, em especial o art 56, com o intuito de cumprir o princípio da economicidade, visando a minimização dos gastos públicos, sem comprometimento dos padrões de qualidade, bem como deverá ocorrer através do sistema de registro de preços.

Ressalta-se que a licitação será sem exclusividade para Microempresas (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP e Microempreendedor Individual (MEI, em razão dos valores cotados. Bem como por se tratar de serviço indivisível.

A pesquisa de preços foi realizada pela Secretaria de Licitação e Planejamento.

Assinado por ELISANGELA ALCINA FAUSTINO RODRIGUES  
097.\*\*\*.\*\*\*  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
14/02/2025 12:03:15

Elisângela Alcina Faustino Rodrigues  
**Subsecretária do Bem-Estar e Proteção Animal**  
**Matricula 62905**

De acordo:

Assinado por ANDRE LUIZ SILVA DE MORAIS 021.\*\*\*.\*\*\*  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
14/02/2025 12:30:12

André Luiz Silva de Moraes  
**Secretário do Bem-Estar e Proteção Animal**  
**Matricula 63797**



SECRETARIA DE  
LICITAÇÕES E  
PLANEJAMENTO

PROCESSO Nº: 45.785/2024

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CASTRAÇÃO, IMPLANTE DE MICROCHIP E REALIZAÇÃO DE HEMOGRAMA

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIPTIVO	UNID	QUANT.	ESTIMATIVOS				REFERENCIAIS	
				MENOR PREÇO1	FORNECEDORES 2	MÉDIA DOS PARÂMETROS	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	ULTIMO PREÇO PRATICADO	
								ÍNDICE:	1,0624275
								PREGÃO Nº 140/2023	REAJUSTE IPCA6
1	Serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, com tutor/responsável, de ambos os sexos, independente da raça. (conforme Termo de Referência)	UND	2.100	R\$ 380,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00	-	R\$ 229,00	R\$ 243,30
2	Serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip e internação pelo período de 02 (dois) dias, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, machos e errantes (conforme Termo de Referência).	UND	150	R\$ 495,00	R\$ 622,50	R\$ 622,50	-	R\$ 229,00	R\$ 243,30
3	Serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip e internação pelo período de 07 (sete) dias, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, fêmeas e errantes (conforme Termo de Referência)	UND	150	R\$ 750,00	R\$ 950,00	R\$ 950,00	-	R\$ 229,00	R\$ 243,30
4	Hemograma completo com busca de hemoparasitas	UND	2.880	R\$ 75,00	R\$ 112,50	R\$ 112,50	-		R\$ 0,00
TOTAL POR PARÂMETRO				R\$ 1.200.750,00	R\$ 1.431.375,00	R\$ 1.431.375,00		R\$ 549.600,00	R\$ 583.920,00

- 1) Menor preço dentre os valores apresentados pelos fornecedores;
- 2) Menor preço selecionado entre a mediana e a média do mapa de cotação de FORNECEDORES;
- 6) Valores da última contratação feita pela municipalidade, atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA;

Assinado por SUELLEN BEATRIZ AMARAL  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Mat.: 115.253

Assinado por Marcos Paulo Gomes de Castro  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Mat.:300.619

Assinado por LUANA GONCALVES DE TOLEDO  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Mat. 300.601

Assinado digitalmente. Acesse:  
<https://gpi18.cloud.ei.com.br/Server/Exec/acessoBase/?idPortal=00809DC8E8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AFA5AE> Chave: 86050565-a387-4f33-ae6f-176431ab6b6f  
Documento Digital Nº 072361/2025





## RELATÓRIO DE PESQUISA DE MERCADO

Nova Friburgo, 07 de fevereiro de 2025

### OBJETO DO PROCESSO:

Contratação de **SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO, IMPLANTE DE MICROCHIP E REALIZAÇÃO DE HEMOGRAMA** para a atual **Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal**, por força da Lei Complementar Municipal nº 172 de janeiro de 2025, conforme Requisições e Termo de Referência, constantes deste processo.

### MÉTODOS DE PESQUISA:

- ☐ **Painel de Preços<sup>1</sup>** disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br;>
- ☐ **Banco de Preços (NP)<sup>2</sup>** contratações similares de outros entes públicos;
- ☐ **Portal Nacional de Contratações Públicas** disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br;>
- ☐ **Sites de domínio amplo (internet)** desde que contenham a data e hora de acesso;
- ☐ **Atas e contratos de outros entes públicos;**
- ☐ **Pesquisa publicada em mídia especializada** (Ex. Tabela FIPE, WebMotors, etc.);
- ☒ **Pesquisa junto aos fornecedores.**

### JUSTIFICATIVA PELA NÃO UTILIZAÇÃO DE UM DOS PARÂMETROS ANTERIORES:

Considerando a significativa e substancial especificidade da contratação pretendida e da estrita observância aos descritivos dos itens elaborados e apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a qual figurava como secretaria requisitante; e, ainda, considerando principalmente a impossibilidade de localizar a partir dos demais parâmetros acima indicados licitações que tivessem a mesma essencialidade e similaridade aos moldes desta contratação pretendida, este departamento ficou impossibilitado de balizar os preços ofertados pelos prestadores dos serviços, excepcionalmente, neste caso.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O



## DA REGULAMENTAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS:

Decreto Municipal nº 2007, de 16 de fevereiro de 2023, o qual regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, e dá outras providências, exceto os casos de obras ou serviços de engenharia que superem o montante de cem mil reais.

## DA PESQUISA JUNTO AOS FORNECEDORES:

Diante do parâmetro utilizado foi realizada solicitação formal às empresas do segmento, sendo consultadas, via e-mail, **18 (dezoito) empresas**.

## DO RESULTADO DAS CONSULTAS ÀS EMPRESAS:

- a) Respostas negativas ("não cotamos"): **03 (três) empresas**;
- b) Respostas positivas: **02 (duas) empresas**.

## TABELAS DE REFERÊNCIA:

- ☐ **CGM/RJ** (Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro);
- ☐ **CMED/ANVISA**;
- ☐ **Outras:** \_\_\_\_\_;
- ☒ **Não foram encontradas tabelas vigentes.**

## MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS (M.C.P.)

Com o intuito de auxiliar o gestor na escolha do melhor preço estimado, este Departamento apresenta aos autos documento denominado MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS o qual contém valores estimativos resultantes da pesquisa de mercado bem como valores de referência.

Na composição do M.C.P. foram consultados todos os parâmetros relacionados no tópico 'MÉTODOS DE PESQUISA' deste relatório, sendo realizadas pesquisadas a partir de todos os métodos que se mostraram possíveis diante do objeto da contratação.

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O**DA EXCLUSIVIDADE DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL - LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DECRETO 8.538/2015:**

No momento da escolha dos melhores preços estimados o Ordenador da pasta requisitante deverá observar o tratamento diferenciado e simplificado, previsto nos arts. 47, 48 e 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

(...)

*Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

(...)

**DA COMPROVAÇÃO DE COMPETITIVIDADE**

Nesta pesquisa foram apurados três ou mais fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente para todos os itens, conforme demonstra o RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE COMPETITIVIDADE, emitido a partir da pesquisa realizada pela ferramenta Banco de Preços NP, todos juntado aos autos.

**DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS E CONSIDERAÇÕES GERAIS:**

- 1) Fica cancelada a folha nº 110 por ter apresentado erro no documento inserido no sistema de processo digital.
- 2) Este departamento realiza suas pesquisas buscando sempre a ampla consulta de mercado, nesse sentido, foram juntadas aos autos todas as propostas recebidas demonstrando na íntegra o resultado obtido, cabendo à secretaria requisitante sua apuração e julgamento, considerando que à Secretaria de Licitações e Planejamento cumpre apenas a pesquisa de preços, realizada com base nos documentos





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O



fornecidos, por e-mail, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, à época secretaria requisitante.

3) Informamos que foram consultadas empresas do segmento listadas em nossa planilha de cadastro composta por empresas que historicamente apresentaram cotação ou participaram de certames para contratações similares a esta.

4) Apesar de todo esforço empreendido por este departamento, realizando envios e reenvios de e-mails às empresas do ramo, contatos telefônicos e, ainda, estendendo o prazo fixado para resposta dos fornecedores por mais de uma vez, só foi possível obter 02 (dois) preços de fornecedores. Portanto, em 30/01/2025, solicitamos a manifestação da secretaria requisitante (via e-mail) quanto ao interesse em uma nova prorrogação do prazo de resposta dos fornecedores, a qual nos solicitou a finalização da pesquisa: “[...] *favor finalizar a cotação com os dois valores [...]*”, conforme e-mails anexados.

5) Tendo em vista o disposto no art. 3º, inc. IV, do Decreto Municipal n.º 2007, de 16 de fevereiro de 2023, optamos por considerar válidas TODAS as propostas, apresentadas por fornecedores, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

6) Alertamos para o elevado coeficiente de variação apurado entre as propostas apresentadas pelos fornecedores, com índices que chegam a 47,14%, fato a ser analisado de forma crítica pelo ordenador de despesa quando da escolha do melhor preço.

7) Ressaltamos que esta pesquisa de mercado foi elaborada como **estimativa de preços para abertura de processo de licitação** e que as propostas apresentadas **não são válidas** para procedimentos de contratação direta ou qualquer outra modalidade de compra que não tenha natureza licitatória.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O



## DA RESPONSABILIDADE DO ORDENADOR DE DESPESA:

Declaramos que esta pesquisa de preços foi realizada com base na solicitação da secretaria requisitante; que o Termo de Referência, as justificativas, elaboração de anexos, quantitativos, os descritivos dos itens, suas especificações, bem como todas as afirmações e condições deste procedimento são de inteira responsabilidade da pasta requisitante, tendo em vista que à Secretaria de Licitações e Planejamento compete somente a realização da pesquisa de mercado, nos termos do Decreto Municipal n.º 2007, de 16 de fevereiro de 2023.

Encerrada a Pesquisa de Mercado encaminhamos os autos para prosseguimento dos demais trâmites processuais, conforme Rotina Administrativa e Manual de Procedimentos Internos do Município.

O resultado da pesquisa pode ser melhor analisado levando em consideração todo o relatado neste relatório, com especial atenção ao tópico “**Das Dificuldades Encontradas e Considerações Gerais**”.

Diante de todo o exposto encerramos a fase de cotação e nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento necessário.

Respeitosamente,

Assinado por Marcos Paulo Gomes de Castro  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

**Marcos Paulo Castro**  
**Subsecretaria de Compras e Licitações**  
**Mat. 300.619**

Assinado por SUELLEN BEATRIZ AMARAL  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

**Suellen B. A. F. de Lima**  
**Subsecretaria de Compras e Licitações**  
**Mat. 115.253**

Ciente e de acordo:

Assinado por GILCIMAR CABRAL  
015.\*\*\*.\*\*\*.  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
07/02/2025 17:20:16

**Gilcimar Cabral**  
**Subsecretária de Compras e Licitações**  
**Mat. 100.719**

Assinado por ALINE OLIVEIRA DE BUSTAMANTE 078.\*\*\*.\*\*\*.  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
07/02/2025 17:18:52

**Aline Oliveira de Bustamante**  
**Secretária de Licitações e Planejamento**  
**Mat. 199.017**



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



Assinado digitalmente. Acesse: <https://gpi18.cloud.ei.com.br/Server/Exec/acessoBase/?idPortal=008D9DC8E8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 443082dc-1060-4f42-877b-8744d19112a2 Documento Digital Nº 165228/2025

PROCESSO: Nº 23.853/2025 (recurso) 45.785/2024 (licitatório)	
REFERÊNCIA:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.032/2025
RECORRENTE:	RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA: BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA – CNPJ: 09.310.829/0001-65
RECORRIDA:	CONTRARRAZÕES INTERPOSTA PELA EMPRESA: HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA CNPJ: 49.455.683/0001-60
OBJETO:	<i>REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, futura e eventual, de empresa especializada para o serviço médico-veterinário castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, pelo período de 01 (um) ano.</i>

Prezado (a)

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa, BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA a qual pugna pela reforma da decisão que classificou e habilitou a empresa HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA, e consequente classificação, sustentando, em suma, que:

- “1. O conhecimento e provimento deste recurso, para fins de revisão da decisão que habilitou a empresa recorrida;*
  - 2. A inabilitação da referida licitante, por descumprimento dos requisitos editalícios e legais, com a consequente reclassificação das demais proponentes;*
  - 3. A preservação da legalidade do certame e do interesse público, conforme balizas normativas da Lei nº 14.133/2021., notadamente quando se tratar de contratação com a Administração Pública.*
- Diante dos fatos narrados e pelas razões recursais acima aduzidas, a ora. Recorrente requer ao Exmo. Sr. Pregoeiro, que seja declarada DEVIDAMENTE INABILITADA a recorrida, pois é o que se espera, caso não sejam atendidos os pedidos aqui pleiteados, seja enviado o presente recurso administrativo à apreciação da Autoridade Superior para os fins de direito.”*





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



As razões do referido recurso foram protocoladas dentro do aprazado, portanto, tempestivo, vez que em sintonia como a dicção do capítulo II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Instada a contrarrazoar, a empresa HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA, requereu a manutenção da decisão de desclassificação dasua classificação, com supedâneo princípios da Isonomia e Vinculação ao Instrumento Convocatório.

*"I- O não provimento do recurso interposto pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA;*

*II- A manutenção da decisão que declarou vencedora a empresa ora recorrida no Pregão Eletrônico nº 90.032/2025;*

*III- A homologação do certame, com consequente adjudicação dos itens à Animamed, assegurando a legalidade, a isonomia e a vantajosidade da proposta apresentada.*

*Requer ainda:*

*I- Caso ultrapassada a preliminar, o que não se espera, seja negado provimento ao Recurso por sua total improcedência;*

*II- Não aplicação do efeito suspensivo ao Recurso, haja vista o caráter flagrantemente protelatório;*

*III- Pela manutenção integral da decisão sob exame, ante a constatação de que foram corretamente aplicados os critérios de julgamento; e*

*IV - Pela aplicação da sanção prevista na legislação em vigor, face a interposição de recursos protelatórios, notadamente quando se tratar de contratação com a Administração Pública."*

Considerando para além das atribuições conferidas a Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal pela Lei Complementar 172/2025 e suas alterações, o objetivo de promover o controle populacional de animais domésticos (cães e gatos), bem como o dever de atuar no combate ao abandono destes animais no território do Município de Nova Friburgo;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê, em seu artigo 225, §1º, inciso VII, que compete ao Poder Público assegurar a proteção animal no sentido de evitar práticas com viés de crueldade;

Considerando que a promoção do bem-estar animal se trata de dever compartilhado entre os Entes Federativos, uma vez que evidente a impossibilidade de alcance e execução de políticas públicas de proteção e defesa do meio ambiente e realização de fiscalização, constatação e repressão administrativa e penal dos crimes de maus tratos cometidos contra os animais, por um só Órgão.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
B E M - E S T A R E  
P R O T E Ç Ã O A N I M A L



Considerando que está vigente a Lei Federal nº 13.426/2017, que dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências, em que aponta o controle populacional de cães e gatos por meio da esterilização cirúrgica permanente, sendo esta apontada como forma de proteção desses animais, uma vez que auxilia na redução de superpopulação e do risco de abandono, promovendo a saúde e bem-estar animal.

Considerando que a Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo (Lei nº 4.637/2018) contém o Capítulo III voltado à Política de proteção dos animais, dispondo em seu art. 358, §1º, inciso I, acerca da necessidade de adoção de medidas relacionadas à castração;

Considerando que a Lei Municipal nº 4.443/2016, que institui a lei municipal de proteção e bem estar de animais domésticos no Município de Nova Friburgo e dá outras providências, prevê, em seu art. 35, caput, a esterilização cirúrgica, promovida e coordenada pelo Poder Público Municipal, como meio para controle populacional de animais domésticos;

**Deste modo esteado nas razões esposadas e ratificadas pelo Pregoeiro Oficial (Comissão de Pregão I às páginas 49-56 e 89-153), em cotejo com a Assessoria Jurídica do Município de Nova Friburgo (motivação aliunde às páginas 72-88), FICA MANITIDA A DECISÃO de conhecer as razões do recurso interposto pela licitante BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, e, no mérito, negar-lhe provimento mantendo incólume a decisão do Pregoeiro de habilitação da empresa HOSPITAL VETERINÁRIO ANIMAMED LTDA, eis que fundamentada e razoável, sobretudo, ante ao interesse público envolvido, restando inconteste que os serviços a serem contratados são essenciais para o cumprimento das metas institucionais e a continuidade das atividades operacionais e estratégicas da administração pública municipal.**

Nova Friburgo, 01 de agosto de 2025.

**André Luiz Silva de Moraes**  
Secretário de Bem-Estar e Proteção Animal  
Matr.: 063.731



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

DECISÃO DE RECURSO

PE Nº 90.032/2025

Processo Licitatório nº **45.785/2024**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.032/2025**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, futura e eventual, de empresa especializada para o serviço médico-veterinário castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de Recurso interposto, tempestivamente, pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.310.829/0001-65, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.455.683/0001-60, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. Salienta-se que a intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade prévio.

#### I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, requerendo a desclassificação da empresa ora habilitada diante das alegações transcritas, em síntese, no encaminhamento para diligência técnica constante do processo administrativo digital nº 23.853/2025.

#### I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida apresentou suas contrarrazões, tempestivamente, por meio do Sistema, rebatendo as alegações do recurso interposto e sustentando a manutenção de sua habilitação, conforme as alegações também transcritas de forma sintética no encaminhamento para diligência técnica mencionado acima.

## II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO E DAS DILIGÊNCIAS



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

Insta consignar que a autoridade que requisitou o certame detém a competência para prover os subsídios técnicos necessários, eis que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, a qual possui o conhecimento técnico para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado.

Deste modo, o processo foi encaminhado à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, e, ato contínuo, à Procuradoria-Geral do Município, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.12 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.

Como se depreende da análise técnico-jurídica da Procuradoria-Geral do Município, em que se confirmou a legalidade da habilitação da empresa Recorrida, e considerando a manifestação final da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, de fls. 154 a 156 do processo administrativo digital nº 23853/2025, a qual pugnou pela defesa do *"interesse público envolvido, restando inconteste que os serviços a serem contratados são essenciais para o cumprimento das metas institucionais e a continuidade das atividades operacionais e estratégicas da administração pública municipal"*, mantém-se a habilitação da empresa Recorrida.

### III. DA DECISÃO

Após nova análise das diligências técnicas, verifica-se a confirmação da decisão de habilitação.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto e, subsidiado pelos pareceres técnicos em referência, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pugnando pela manutenção da habilitação da empresa **HOSPITAL VETERINARIO ANIMAMED LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, e posterior encaminhamento à Procuradoria Geral do Município, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 04 de agosto de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I

Matrícula nº 206.934